



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

do INE

DESTAQUE

Informação à
Comunicação Social

21 de Outubro de 2002

Já disponíveis na Internet

CENSOS 2001

Resultados Definitivos



Hoje, dia 21 de Outubro de 2002, foram disponibilizados na Internet (www.ine.pt) os resultados definitivos dos Censos 2001. Cerca de 19 meses após o momento censitário dos Censos 2001 (12 de Março de 2001), o Instituto Nacional de Estatística (INE) “devolve” a toda a sociedade os resultados definitivos desta primeira grande operação estatística do Século XXI, na qual foi possível envolver todo o país de uma forma muito participativa.

Trata-se de 144 quadros de apuramentos desagregados até ao nível de município e para todos os municípios do país, os quais estão ordenados em duas versões distintas da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos: a existente à data da realização dos Censos 2001 e a aprovada em Agosto último pelo Conselho de Ministros.

Estes mesmos quadros também se encontram disponíveis ao nível de freguesia, mas dado o facto de muitos deles terem valores muito “dispersos” àquele nível e constituírem um peso significativo sobre o sistema informático, optou-se apenas por disponibilizá-los a pedido específico, nas situações em que os respectivos quadros apresentem valores estatisticamente relevantes.

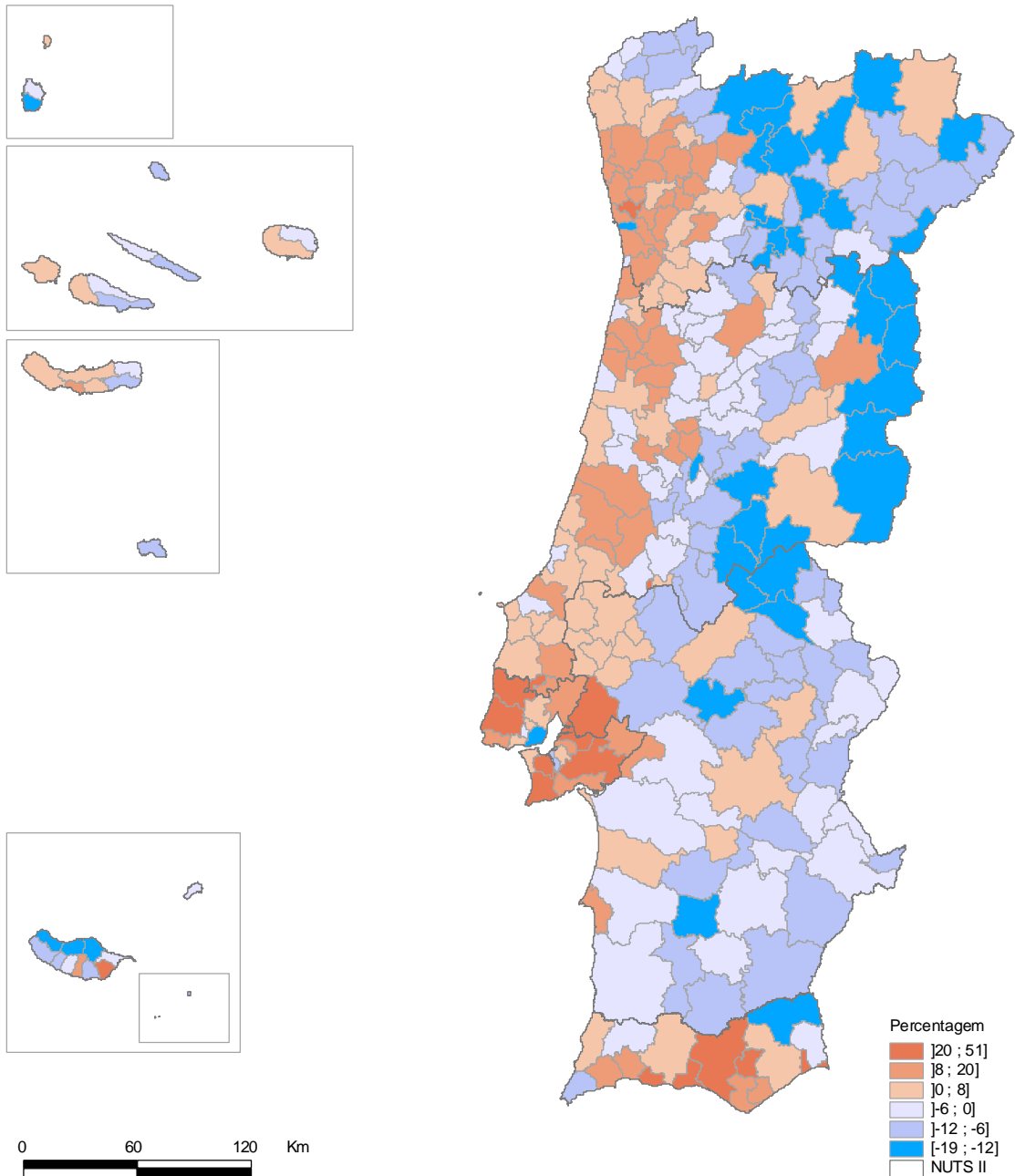
Nunca na nossa história da actividade estatística disponibilizámos esta informação censitária em tão pouco tempo e em tanta quantidade.

Até ao início de Dezembro próximo, deverão estar também disponíveis as oito publicações de resultados definitivos: 1 com os resultados nacionais e mais 7 com os resultados de cada NUTS II actual.

A análise apresentada neste destaque utiliza, apenas, a referência territorial das novas NUTS II.

Neste destaque procura-se analisar algumas das caracterizações mais importantes da população e habitação em 2001 e as alterações verificadas entre 1991 e 2001. Não esgota, obviamente, a grande quantidade de análises que estes dados permitem.

Varição da População, 1991 - 2001



XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

1. População nacional e estrangeira

A população recenseada em 12 de Março de 2001 atingiu os 10 356 117 indivíduos, dos quais 5 000 141 homens e 5 355 976 mulheres, resultando num aumento de 5,0% relativamente ao recenseamento de 1991.

Dois aspectos principais marcam os quase 10 anos que medeiam os dois últimos recenseamentos: a continuação do envelhecimento demográfico, a um ritmo bastante forte, e o reforço da importância da componente migratória como contributo para o acréscimo populacional.

Quadro 1.1 – Evolução da estrutura da população residente, 1991-2001

Portugal	1991		2001	
		%		%
População residente	9 867 147	100,0	10 356 117	100,0
Homens	4 756 775	48,2	5 000 141	48,3
Mulheres	5 110 372	51,8	5 355 976	51,7
Relação de masculinidade	-	93,1	-	93,4
0-14 anos	1 972 403	20,0	1 656 602	16,0
15-24 anos	1 610 836	16,3	1 479 587	14,3
25-64 anos	4 941 164	50,1	5 526 435	53,4
65 ou + anos	1 342 744	13,6	1 693 493	16,4

Envelhecimento demográfico transversal a todas as regiões

O fenómeno do envelhecimento demográfico, definido como o aumento da importância relativa de idosos na população total, ocorreu em todas as regiões do país, sendo que apenas no Norte e nas duas Regiões Autónomas se mantém uma proporção de jovens (0-14 anos) superior à de idosos (65 ou mais anos).

Durante o período intercensitário, a proporção de jovens diminuiu passando de 20,0%, em 1991, para 16,0%, em 2001. Ao contrário, a proporção de idosos aumentou de 13,6% para 16,4% na última década.

A população em idade activa regista duas tendências distintas: o grupo dos adultos jovens (15-24 anos) observa uma taxa de variação negativa (8,1%), à semelhança da população mais jovem, reflectindo a diminuição dos efectivos da geração da década de oitenta, altura em que a substituição de gerações deixou de ser assegurada. Em contraste, a população dos 25-64 anos acompanha a evolução dos idosos, apresentando um aumento de 11,8%. Pode, assim, concluir-se pelo envelhecimento da própria população em idade activa.

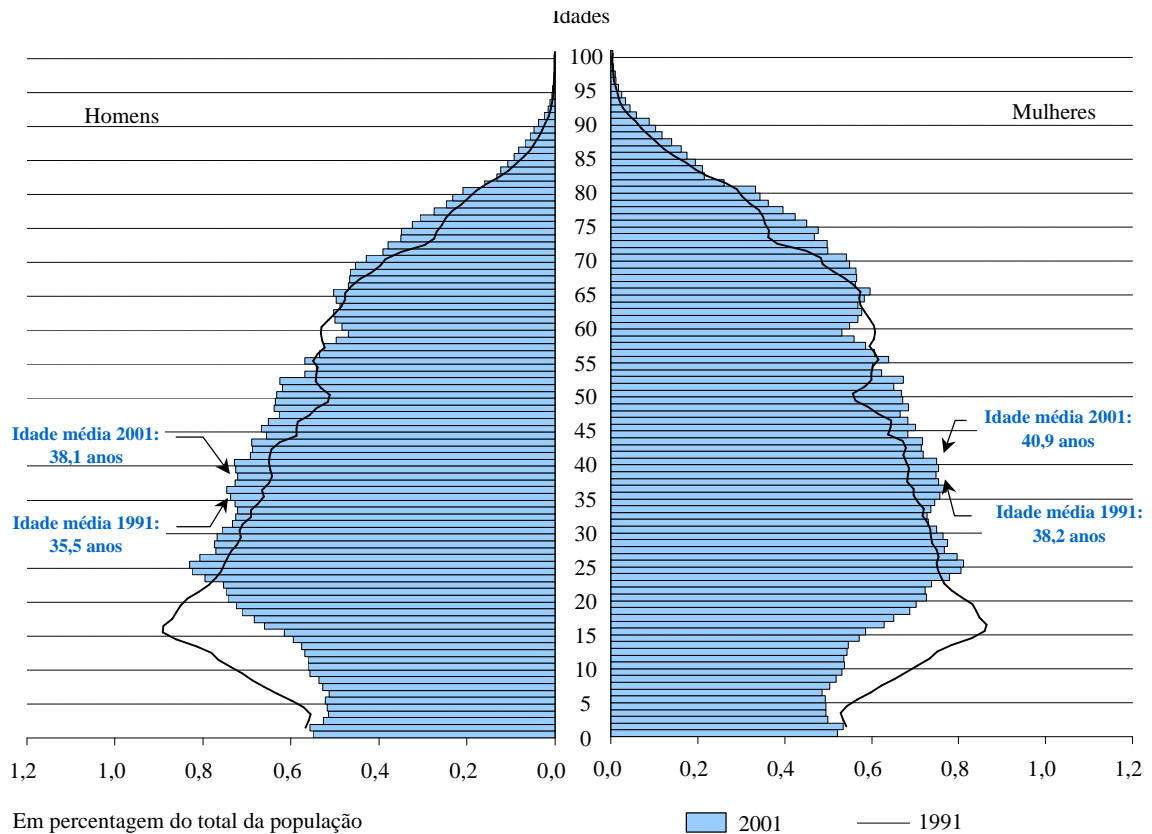
Em consequência do aumento da longevidade, a idade média da população aumentou quase 3 anos, quer nos homens, quer nas mulheres, passando de 35,5 anos em 1991, para 38,1 anos, em 2001, nos homens, e de 38,2 anos para 40,9 anos nas mulheres.

A sobremortalidade masculina, que contribui para a maior esperança média de vida por parte das mulheres, justifica a diferença entre os sexos.

O progresso do envelhecimento, sobretudo pela base da pirâmide etária, como resultado da baixa da

natalidade está bem evidenciado no traçado que as pirâmides etárias de Portugal assumem em 1991 e 2001.

Figura 1.2 – Pirâmide etária, Portugal 1991-2001



Proporção de população estrangeira mais que duplica

A proporção de população com nacionalidade estrangeira mais que duplicou entre 1991 e 2001, representando, segundo os últimos Censos, 2,2% do total da população.

O aumento verificou-se em todas as regiões do território continental.

O aumento mais forte da proporção de homens estrangeiros, justifica a passagem de uma relação de masculinidade na população estrangeira que, em 1991, era muito idêntica à da população total (98,3) para 118,8 em 2001.

Este fenómeno influenciou o aumento da relação de masculinidade entre a população total de 93,1, em 1991, para 93,4 em 2001.

Quadro 1.2 – Estrutura da população residente com nacionalidade estrangeira, 2001

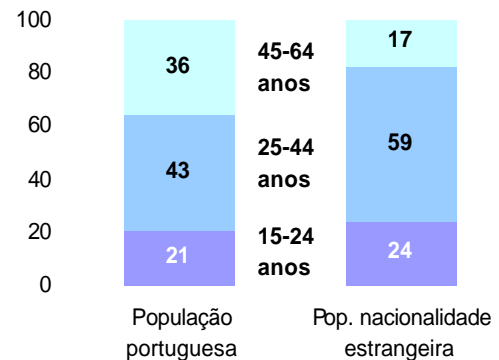
Portugal	2001	
		%
População residente com nacionalidade estrangeira	226 715	2,2
Homens	123 098	2,5
Mulheres	103 617	1,9
Relação de masculinidade	-	118,8
0-14 anos	31 519	13,9
15-24 anos	43 648	19,3
25-64 anos	140 547	62,0
65 ou + anos	11 001	4,9

A estrutura da população com nacionalidade estrangeira apresenta contornos bem distintos da população residente total: a população idosa representa apenas cerca de 5%, enquanto os jovens somam cerca de 14%. A grande maioria destes efectivos concentra-se sobretudo na idade activa (81,2%), reflectindo o aspecto económico subjacente à maior parte dos fluxos migratórios.

A análise da estrutura da população em idade activa com nacionalidade portuguesa¹ e com nacionalidade estrangeira permite visualizar bem o maior envelhecimento por parte do primeiro grupo, enquanto a população com nacionalidade estrangeira concentra a maior percentagem entre os 25-44 anos.

Uma vez que constituem uma população bastante mais jovem que a global, também a idade média da população com nacionalidade estrangeira era, segundo os Censos 2001 mais baixa que da população total: 32,3 anos, nos homens, e 32,7 anos, nas mulheres.

Figura 1.3 – Estrutura da população portuguesa e estrangeira, em idade activa, Portugal 2001(%)



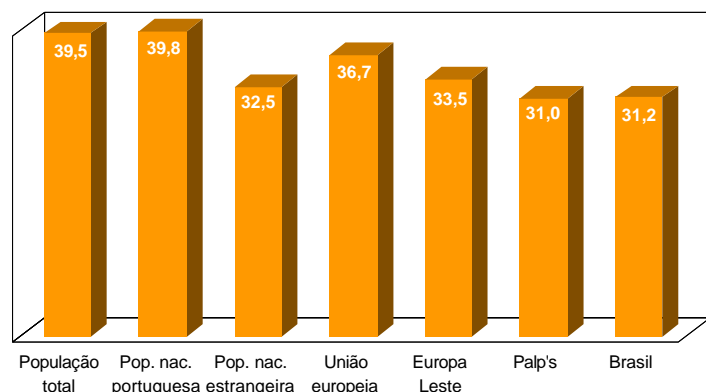
A imigração por motivos económicos centra-se, sobretudo, nas idades activas mais jovens, como referido anteriormente, e está bem representada nas idades médias da população com nacionalidade proveniente dos países de língua portuguesa. Neste agrupamento estão os imigrantes provenientes das antigas colónias portuguesas em África (PALP's) e do Brasil. Os nacionais dos PALP's têm estruturas etárias bem distintas, com relevo para os de Angola (com idade média de 28,4 anos) e os de Cabo Verde, um pouco mais velhos (idade média 34,4 anos).

A população proveniente da correntemente designada Europa do Leste, é a mais recente em Portugal e tem uma idade média ligeiramente superior, facto que, provavelmente, está associado à maior escolaridade que apresenta.

A população dos países da União Europeia apresenta uma idade média mais elevada (36,7 anos).

À escala regional as diferentes evoluções dos fenómenos demográficos associam-se às migrações internas, factor essencial no fixar da estrutura das respectivas populações.

Figura 1.4 – Idades médias de alguns grupos populacionais, Portugal 2001



¹ Considera-se a população que tem exclusivamente nacionalidade portuguesa. A população residente total em Portugal inclui a população com nacionalidade portuguesa, com nacionalidade estrangeira, dupla nacionalidade e apátridas.

A heterogeneidade do crescimento demográfico das regiões e o progresso do fenómeno do envelhecimento estão bem evidenciados nas correspondentes pirâmides etárias.

Norte é a região mais jovem do Continente

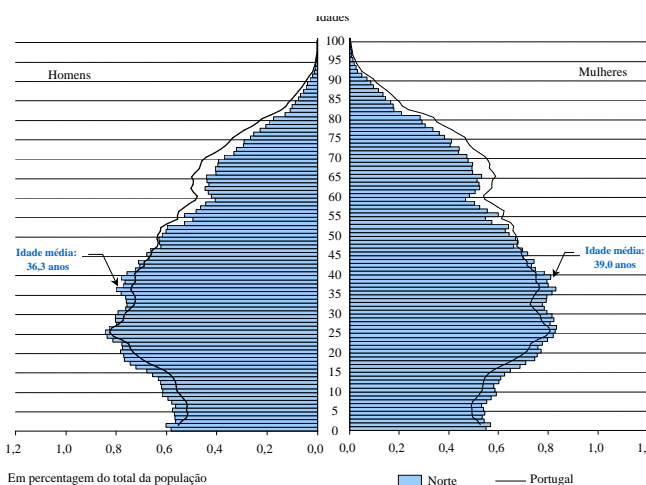
No Norte, a população recenseada situou-se nos 3 687 293 indivíduos (1 782 931 homens e 1 904 362 mulheres), representando um aumento de cerca de 6,2%, entre 1991 e 2001

Quando comparada com a estrutura da população total verifica-se que a do Norte é mais jovem. A proporção de jovens, de 17,5%, representa o valor mais elevado do Continente, enquanto que a de idosos representa, simultaneamente a mais baixa (14,0%).

Embora já em 1991 detivesse a posição da região mais jovem do território continental, a população com menos de 15 anos sofreu um decréscimo de 16,0% e a de idosos um aumento de 29,7%.

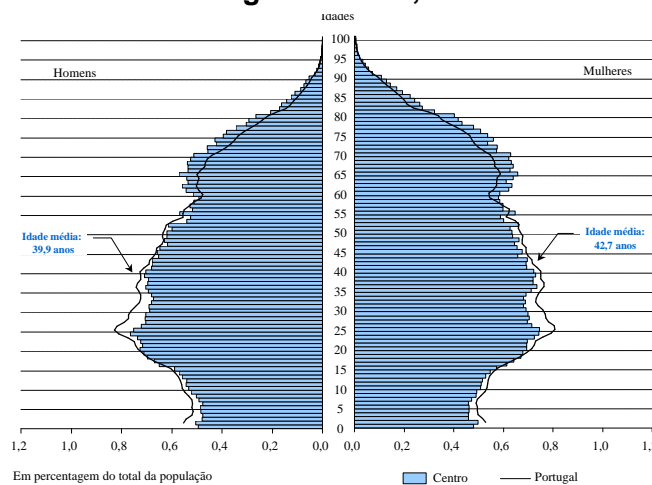
A idade média da população é assim um pouco mais baixa da verificada para o total do país: 36,3 anos nos homens e 39,0 nas mulheres.

Figura 1.5 – Pirâmide etária, Portugal e Norte, 2001



A população em idade activa representa no seu conjunto 68,5%. A taxa de variação desta população entre 1991 e 2001 foi de 9,5%, taxa que se elevou para cerca de 11% no grupo dos 15-24 anos.

Figura 1.6 – Pirâmide etária, Portugal e Centro, 2001



Centro regista envelhecimento pronunciado a partir dos 60 anos

O Centro recenseou, por seu turno, 2 348 397 indivíduos, dos quais 1 131 819 homens e 1 216 578 mulheres. Comparativamente ao Recenseamento de 91, a população registou um aumento de 4,0%.

A proporção da população idosa (19,4%) era, nesta região, bastante superior à jovem (15,0%), facto que não se verificava em 1991, quando os idosos representavam 18,9% e os jovens 16,5% do total da população.

É bem evidente que a partir dos 60 anos a proporção da população desta região é superior à do total do país, resultando numa pirâmide com um envelhecimento muito pronunciado, bem expressa na idade média: 39,9 anos nos homens e 42,7 nas mulheres.

Lisboa regista a maior proporção de população em idade activa

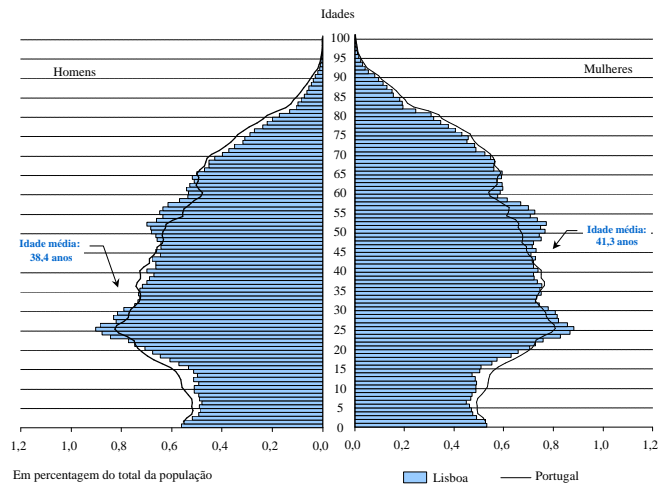
Lisboa recenseou 2 661 850 indivíduos em 2001 (1 275 659 homens e 1 386 191 mulheres), registando um aumento de 5,6% entre 1991 e 2001.

Esta região concentra a segunda maior proporção de população com nacionalidade estrangeira do país (4,7%), e a mais elevada proporção de população em idade activa (70,3%).

Quando comparada com a pirâmide nacional este facto fica bem evidenciado, denotando-se igualmente que as proporções de jovens e de idosos são inferiores à do país. Este equilíbrio torna esta região uma das menos envelhecidas do território continental.

A idade média da população desta região é muito aproximada à verificada para o total da população: 38,4 anos nos homens e 41,3 anos nas mulheres.

Figura 1.7 – Pirâmide etária, Portugal e Lisboa, 2001



O Alentejo é a região mais envelhecida

Dos 776 585 indivíduos recenseados no Alentejo em 2001, 379 310 são homens e 397 275 são mulheres. Esta região registou um ligeiro decréscimo relativamente aos penúltimos Censos (-0,7%), mais acentuado entre a população feminina.

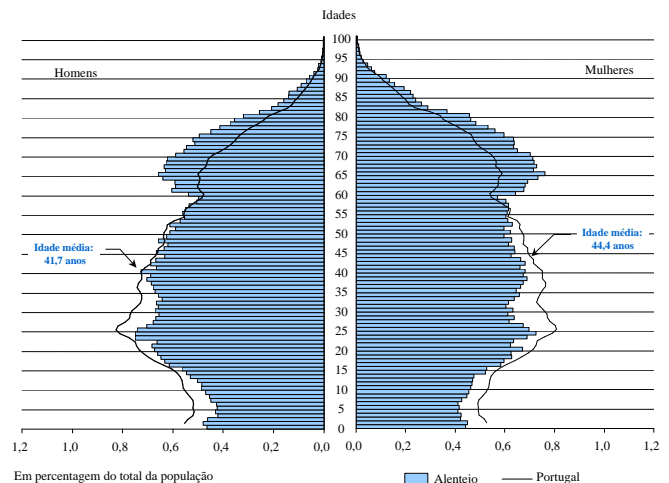
O Alentejo constitui a região mais envelhecida de todo o território nacional, registando a maior proporção de idosos: 22,3% e, simultaneamente, a mais baixa de jovens (13,7%).

Apesar do nível de envelhecimento atingido, o Alentejo registou o menor incremento da população idosa do Continente. No entanto, o grupo dos jovens perdeu cerca de 22% entre 1991 e 2001.

Deste modo, a idade média desta população situou-se nos 41,7 anos nos homens e nos 44,4 anos nas mulheres.

Os traços desta pirâmide contrastam com as outras pelo excesso dos efectivos populacionais depois dos sessenta anos.

Figura 1.8 – Pirâmide etária, Portugal e Alentejo, 2001



Algarve observa crescimento mais forte

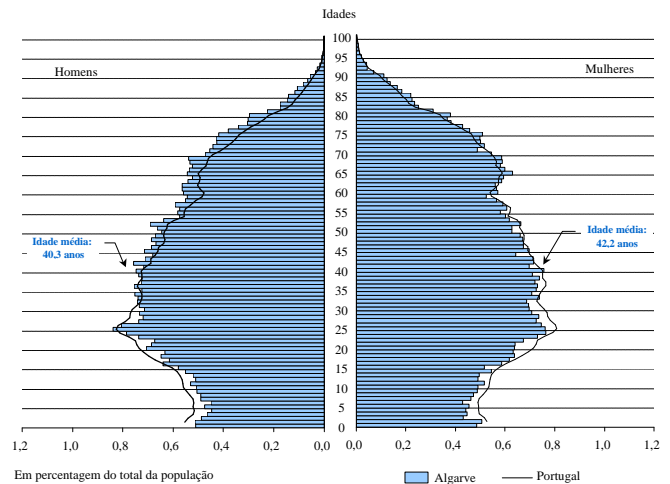
O Algarve recenseou 395 218 indivíduos, dos quais 195 725 homens e 199 493 mulheres, registando um acréscimo de 15,8% entre 1991 e 2001.

Esta região observa também a maior proporção de população com nacionalidade estrangeira: 6,0% do total da população, facto que contribui para o rácio entre homens e mulheres atingir o valor mais elevado do País.

A população em idade activa é igualmente bastante elevada nesta região (54,6% dos 25-64 anos), tendo registado um aumento de 22,5% no grupo dos 25-64 anos entre 1991 e 2001. As principais características desta região parecem assim ter sido influenciadas pelo contributo da população com nacionalidade estrangeira.

É igualmente visível que a proporção de homens idosos nesta região é superior à observada na população do país. As idades médias situam-se em 40,3 anos nos homens e em 42,2 anos nas mulheres.

Figura 1.9 – Pirâmide etária, Portugal e Algarve, 2001



Regiões Autónomas são as mais jovens do país

A população recenseada na Região Autónoma dos Açores em 2001 cifrou-se nos 241 763 (119 486 homens e 122 277 mulheres), aumentando 1,7% entre 1991 e 2001.

A população da Região Autónoma da Madeira registou um decréscimo de 3,3% relativamente aos Censos de 1991, contabilizando, em 2001, 245 011 indivíduos, dos quais 115 211 homens e 129 800 mulheres.

Apesar da forte queda da natalidade, com efeitos na perda de importância relativa de população jovem, estas regiões registam uma elevada proporção de jovens comparativamente à de idosos. Em 2001, os Açores detinham 21,4% de jovens e 13,0% de idosos e a Madeira 19,1% e 13,7%, respectivamente.

Os efeitos dos grandes surtos emigratórios estão bem evidenciados nas reentrâncias das pirâmides, tanto para homens como para mulheres, no caso dos Açores e, em especial para as mulheres, no que se reporta à Madeira.

Desta forma, as idades médias, tanto para homens, como para mulheres, são em ambas as regiões das mais baixas do país: 34,0 anos para os homens e 36,6 anos para as mulheres, nos Açores, e 34,5 anos e 38,6, respectivamente, na Madeira.

Figura 1.10 – Pirâmide etária, Portugal e Região Autónoma dos Açores, 2001

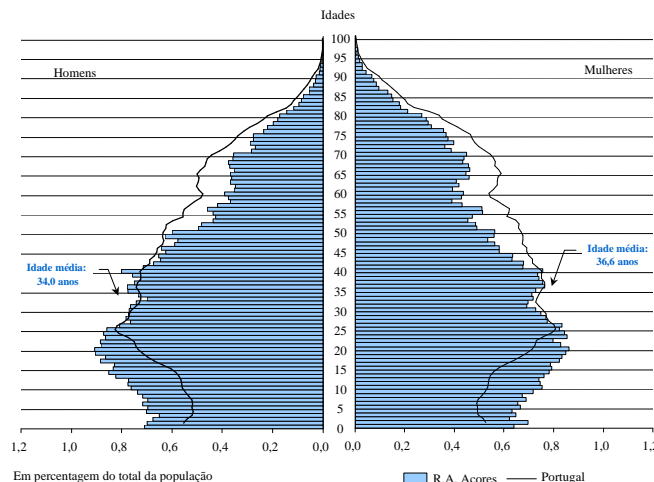
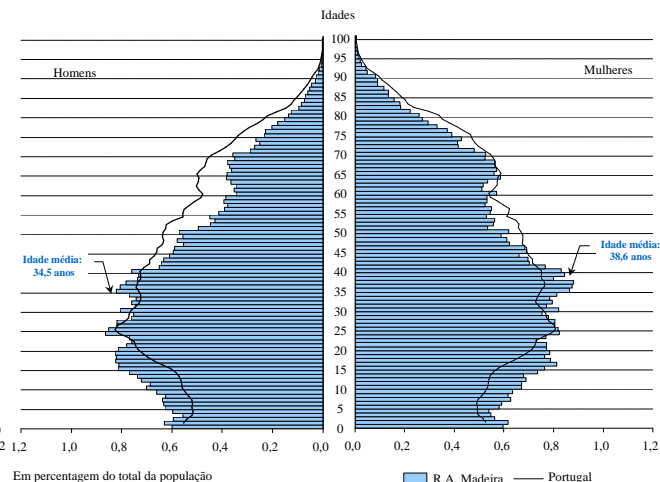


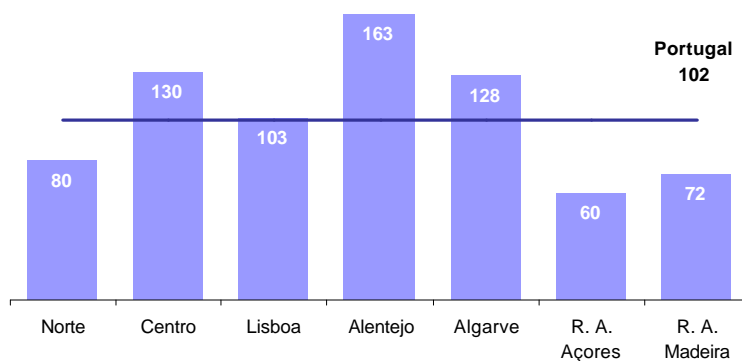
Figura 1.11 – Pirâmide etária, Portugal e Região Autónoma da Madeira, 2001



As disparidades regionais, no que respeita à estrutura da população estão bem visíveis na análise dos diversos índices demográficos, que ajudam a medir o envelhecimento e a juventude de uma população.

Figura 1.12 – Índice de Envelhecimento, Portugal 2001

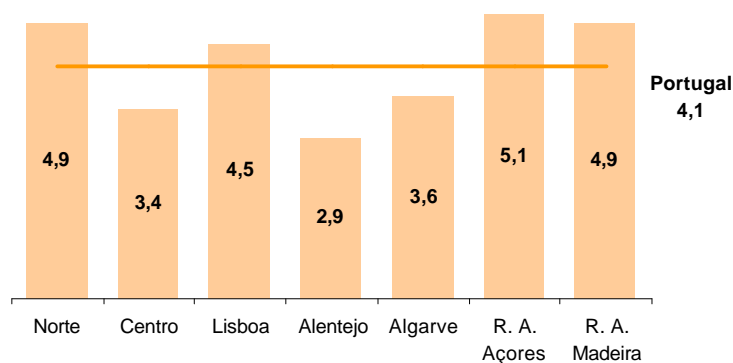
A amplitude da variação do índice é de 60 para 163.



Alentejo, Algarve e Centro apresentam índices de envelhecimento acima do valor de Portugal, ou seja, superiores a 102 idosos por cada 100 jovens. Em oposição, as regiões autónomas e o Norte assumem valores bem inferiores.

Figura 1.13 – Índice de sustentabilidade potencial, Portugal 2001

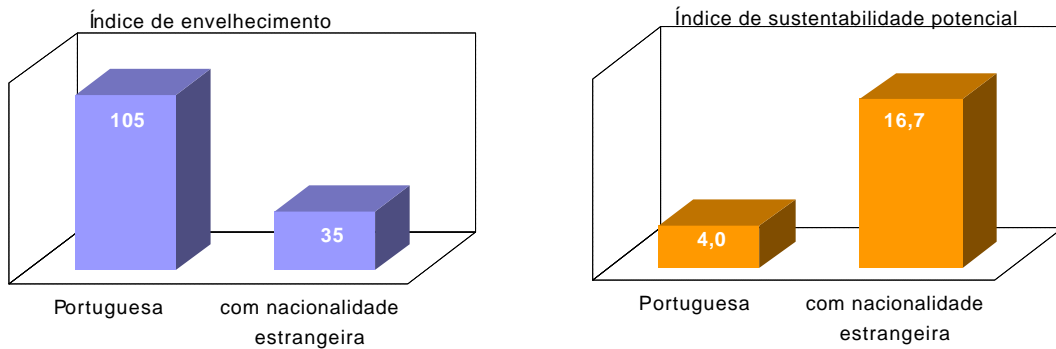
As assimetrias regionais estão confirmadas no índice de sustentabilidade potencial. Em Portugal, para cada idoso existiam 4 indivíduos em idade activa (15-64 anos). Este indicador sobe para 5 indivíduos nas regiões menos envelhecidas ou com maior proporção de população potencialmente activa, como é o caso de Lisboa.



A situação é completamente diferente entre a população com nacionalidade portuguesa e estrangeira. Esta última regista um nível do índice de sustentabilidade quatro vezes superior ao nacional e um índice de envelhecimento que representa um terço do observado na

população portuguesa. Esta situação decorre da acentuada diferença nas estruturas etárias das duas populações, conforme anteriormente referido.

Figura 1.14 – Índices de Envelhecimento e de sustentabilidade potencial da população portuguesa e com nacionalidade estrangeira, 2001



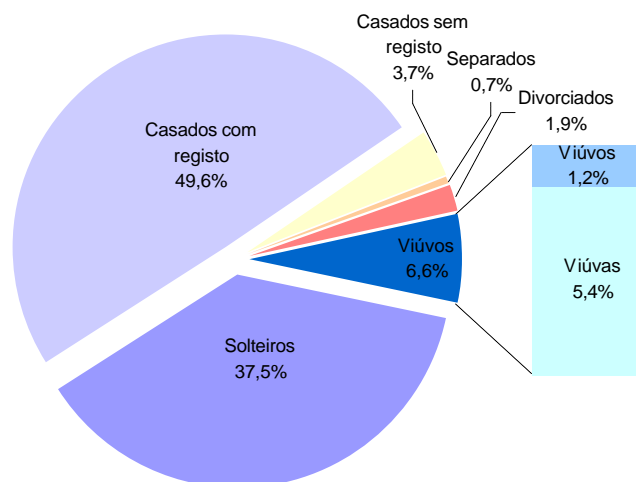
2. Estado civil

Em 2001, a maioria da população residente estava casada com registo ou era solteira. Os restantes estados civis apresentam valores claramente inferiores, conforme se pode verificar na figura seguinte.

Aumento significativo dos divorciados e casados sem registo na última década

Da evolução do estado civil entre os censos de 1991 e 2001, destaca-se o aumento significativo dos divorciados (104,2%), sobretudo de homens, cujo número passa de 29 534 para 69 358 (134,8%) e, no caso das mulheres, de 68 383 para 130 603 (91,0%). Por sua vez, os separados apresentam um decréscimo (-37,1%), mais acentuado no caso das mulheres (-42,4% nas mulheres e -26,4% nos homens). O forte aumento do número de divorciados na última década é sobretudo revelador da crescente instabilidade das relações conjugais, em concreto das formalizadas pela instituição do casamento.

Figura 2.1 – População residente segundo estado civil, Portugal, 2001



Na última década é ainda de referir o aumento substancial dos indivíduos casados sem registo (96,1%), que passam de 97 081 homens e 97 234 mulheres em 1991 para 187 796 homens e 193 324 mulheres em 2001. O casamento legal já não traduz a única forma de entrada e

permanência em conjugalidade, pois outras opções, como a união de facto, ganham maior importância.

Quadro 2.1 – População residente segundo o sexo, por estado civil, 2001, e variação percentual 1991-2001, Portugal

Estado Civil	População residente			%			Taxa de variação 1991-2001 (%)		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Solteiros	3 880 268	2 019 933	1 860 335	37,5	40,4	34,7	-3,0	-2,3	-3,9
Casados com registo	5 139 592	2 571 823	2 567 769	49,6	51,4	47,9	6,7	6,9	6,5
Casados sem registo	381 120	187 796	193 324	3,7	3,8	3,6	96,1	93,4	98,8
Viúvos	680 118	122 235	557 883	6,6	2,4	10,4	7,0	4,0	7,6
Separados	75 058	28 996	46 062	0,7	0,6	0,9	-37,1	-26,4	-42,4
Divorciados	199 961	69 358	130 603	1,9	1,4	2,4	104,2	134,8	91,0
TOTAL	10 356 117	5 000 141	5 355 976	100,0	100,0	100,0	5,0	5,1	4,8

Mais mulheres viúvas e divorciadas do que homens

As principais diferenças verificadas entre géneros no que se refere ao estado civil, dizem respeito à viuvez e ao divórcio.

A viuvez afecta sobretudo as mulheres: por cada 100 viúvos, 82 são mulheres e 18 são homens (557 883 viúvas para 122 235 viúvos). As maiores percentagens de mulheres viúvas concentram-se no Alentejo (13,3%) e no Centro (11,6%), com valores acima dos de Portugal (10,4%). Estas são igualmente as regiões que concentram as maiores proporções de idosos. Os homens viúvos distribuem-se geograficamente de modo semelhante, embora com proporções inferiores às das mulheres devido sobretudo à sobremortalidade masculina.

Outra diferença verificada entre homens e mulheres refere-se aos estados civis de separado e divorciado que apresentam igualmente maior incidência nas mulheres: por cada 100 separados ou divorciados, 64 são mulheres e 36 são homens. Estas situações podem ser explicadas pela maior esperança de vida das mulheres e pela tendência que os homens têm de voltar a casar em menor espaço de tempo que as mulheres, regressando assim novamente ao estado de casados. É a Sul do País que se registam as maiores proporções de homens e mulheres divorciados, sobretudo em Lisboa (2,1% e 4,0%, respectivamente) e no Algarve (2,0% e 3,0%, respectivamente), por contraste com o Norte e as Regiões Autónomas (todos com 1,4%).

Mais uniões de facto a Sul do que a Norte

A incidência dos que vivem em união de facto (casados sem registo) aumenta à medida que se desce de Norte para Sul. Pertencem à Região Autónoma dos Açores (2,0%) e ao Norte (2,1%) as menores proporções de indivíduos a viver em união de facto, e, por oposição, ao Algarve (7,3%), Lisboa (6,1%) e Alentejo (4,7%) as percentagens mais elevadas. A atitude mais conservadora nas regiões Norte e Centro, revelada igualmente por outros indicadores demográficos, contrasta, assim, com a maior informalidade em encarar a conjugalidade, mais a Sul.

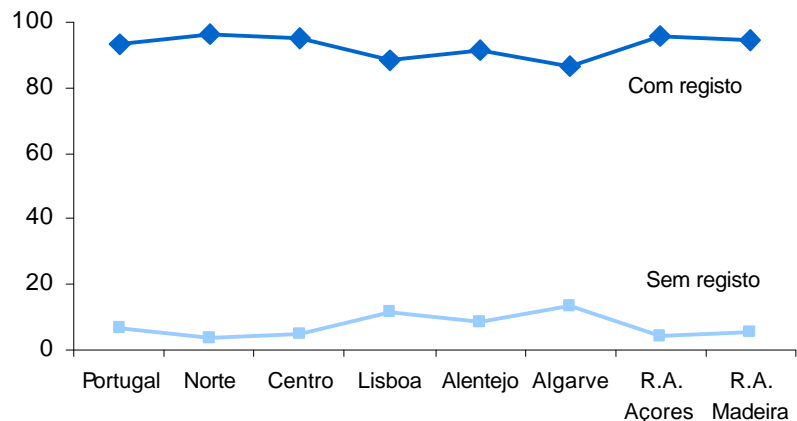
A observação anterior é confirmada pela análise das proporções de indivíduos em união de facto em relação ao total de casados : o Norte (3,9%) e a Região Autónoma dos Açores (4,0%) detêm as percentagens mais baixas de indivíduos nesta situação, em contraste com o Algarve (13,3%), Lisboa (11,7%) e Alentejo (8,4%) que concentram as maiores proporções.

As mulheres casam mais cedo do que os homens mas estes permanecem casados até idades mais tardias do que as mulheres

O cruzamento da variável estado civil com a idade dos indivíduos (população com 12 ou mais anos) permite retirar mais algumas conclusões.

A população solteira apresenta a maior proporção até aos 24 anos, no entanto, até aos 34 anos ainda tem um peso significativo: dos indivíduos com 30 a 34 anos, 20,5% ainda eram solteiros. Por outro lado, os homens casam mais tarde do que as mulheres: enquanto que 85,1% dos homens com 20 a 24 anos permaneciam solteiros, nas mulheres essa percentagem era de 71,2%; no grupo etário seguinte (25-29 anos) a diferença entre os géneros era de mais de 15 pontos percentuais (51,5% de homens e 36,2% de mulheres solteiras).

Figura 2.2 – População residente casada com e sem registo, Portugal e NUTS II, 2001



No caso dos viúvos, as maiores proporções verificam-se nas idades mais avançadas. Cerca de 31% dos indivíduos idosos (65 ou mais anos) eram viúvos. A sobremortalidade masculina é visível em todos os grupos etários em que existem valores, mais acentuada nas idades entre os 75 e 89 anos, ultrapassando uma diferença de mais de 30 pontos percentuais entre os dois sexos. Por exemplo, dos homens e mulheres com 80 a 84 anos, 26,6% e 62,5%, respectivamente, eram viúvos. Do total de idosos, 13,9% dos homens e 43% das mulheres tinham este estado civil.

As percentagens mais elevadas de divorciados situam-se em indivíduos com idades entre os 40 a 50 anos, para ambos os sexos. Dos indivíduos com 45 a 49 anos, 3,2% dos homens e 5,5% das mulheres eram divorciados. A diferença entre géneros deve-se, como já referido, ao facto da tendência para voltar a casar em um espaço de tempo mais curto ser maior entre os homens.

A grande maioria dos indivíduos com idades entre os 30 e os 79 anos estavam casados com registo. As mulheres casam mais cedo do que os homens mas estes permanecem casados até idades mais tardias do que as mulheres. Assim, dos homens e mulheres com 20 a 24 anos, 10,8% e 22,2%, respectivamente, estavam casados com registo; no grupo etário seguinte, dos 25 a 29 anos, essas percentagens passam para 40,4% e 53,4%, respectivamente. Por outro lado, entre os idosos, 77,6% dos homens e 44,1% das mulheres tinham este estado civil. Esta diferença deve-se sobretudo ao facto das mulheres em geral serem mais novas à data do casamento, enviuvarem mais cedo do que os homens e não voltarem a casar, permanecendo viúvas.

Segundo os Censos 2001, eram sobretudo os indivíduos com 25 a 39 anos que viviam em união de facto. A maior proporção pertencia aos indivíduos com 30 a 34 anos: 7,3% dos homens e 7,6% das mulheres com aquelas idades, estavam casados sem registo. As diferenças entre géneros são pouco significativas.

3. Nível de instrução

Analfabetismo reduz-se em Portugal

Em 2001, Portugal registou uma taxa de analfabetismo (relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos) de 9,0%, inferior à de 1991 (11,0%).

Entre 1991 e 2001, o analfabetismo reduziu-se em Portugal e a nível regional, principalmente no Alentejo e no Algarve. No entanto, o Alentejo continua a ser a região onde existe a maior taxa de analfabetismo, (15,9%), seguida pela Região Autónoma da Madeira (12,7%).

Lisboa continua, em 2001, com a menor taxa do País (5,7%), muito abaixo do valor nacional e das restantes regiões, e regista a menor diminuição entre os dois últimos censos, conjuntamente com a Região Autónoma dos Açores.

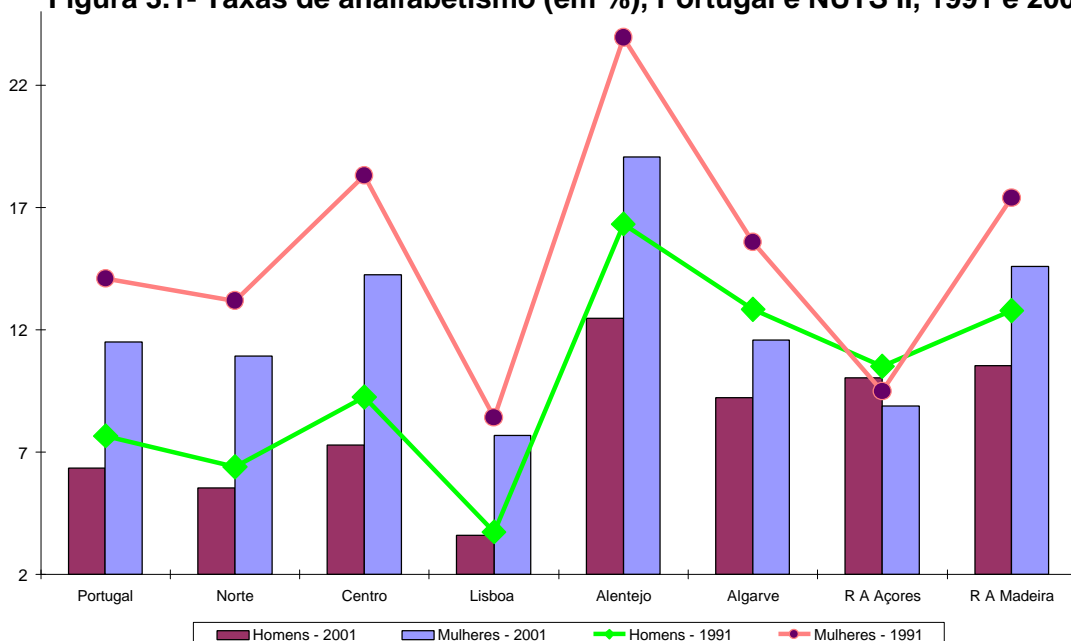
Quadro 3.1 - Taxas de analfabetismo (em %), Portugal e NUTS II, 1991 e 2001

	2001	1991	Diferença
Portugal	9,0	11,0	-2,0
Norte	8,3	9,9	-1,6
Centro	10,9	14,0	-3,1
Lisboa	5,7	6,2	-0,5
Alentejo	15,9	20,2	-4,3
Algarve	10,4	14,2	-3,8
R. A. Açores	9,4	10,0	-0,6
R. A. Madeira	12,7	15,3	-2,6

A taxa de analfabetismo das mulheres foi substancialmente superior à dos homens, quer em 1991, quer em 2001. Em 1991, apresentou um valor de 7,7% para os homens e de 14,1% para as mulheres, descendo em 2001 para 6,3% e 11,5%, respectivamente.

Esta discrepância mantém-se em todas as regiões, com excepção da Região Autónoma dos Açores, em 1991 e em 2001.

Figura 3.1- Taxas de analfabetismo (em %), Portugal e NUTS II, 1991 e 2001

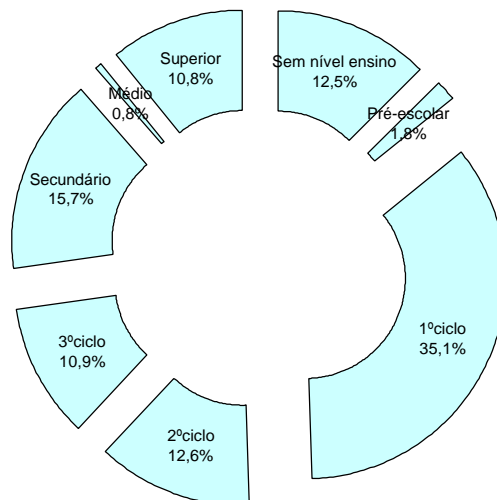


Em Portugal, o número de indivíduos que não sabem ler nem escrever reduziu-se na totalidade em 20,0%, sendo a variação entre 1991 e 2001, mais forte nos homens 21,0% do que nas mulheres, 19,2%. Em oposição, o número de indivíduos com qualificação académica (nível de ensino concluído) subiu 18,2%, com maior intensidade nas mulheres, 19,7%.

Progressos significativos no nível de ensino atingido

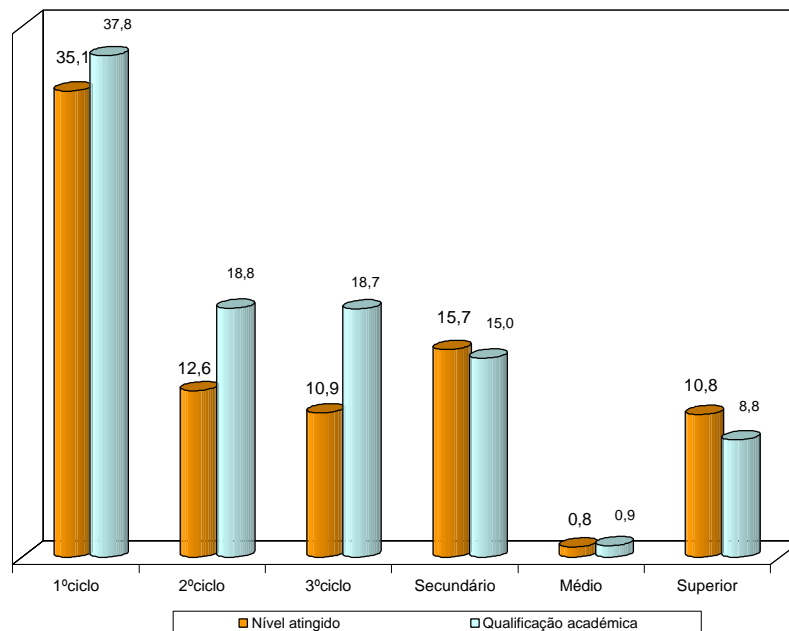
O nível de ensino atingido pela maior parte da população portuguesa (que contempla os indivíduos que tenham concluído um qualquer nível de ensino, os que não completaram e os que frequentam determinado nível de ensino) em 2001, foi o 1º ciclo do ensino básico (35,1% - representa a % da população total que só atingiu o 1º ciclo), seguindo-se o ensino secundário (15,7%) e o ensino superior (10,8%). No mesmo ano, 12,5% da população não tinha atingido nenhum tipo de ensino.

Figura 3.2 - Nível de ensino atingido, Portugal, 2001



Por outro lado, pode visualizar-se no gráfico seguinte as diferentes proporções entre alguns níveis de ensino atingido e as qualificações académicas (graus completos de ensino – de notar que os níveis de ensino incompletos acumulam para o nível completo imediatamente mais baixo) da população portuguesa, em 2001. A diferença entre os vários níveis de ensino atingidos e as qualificações académicas mostra a população que ainda se encontra a frequentar o ensino ou que o abandonou. A maior diferença encontra-se nos 2º e 3º ciclos, e a menor no ensino secundário.

Figura 3.3 - Níveis de ensino atingido e qualificações académicas, Portugal, 2001



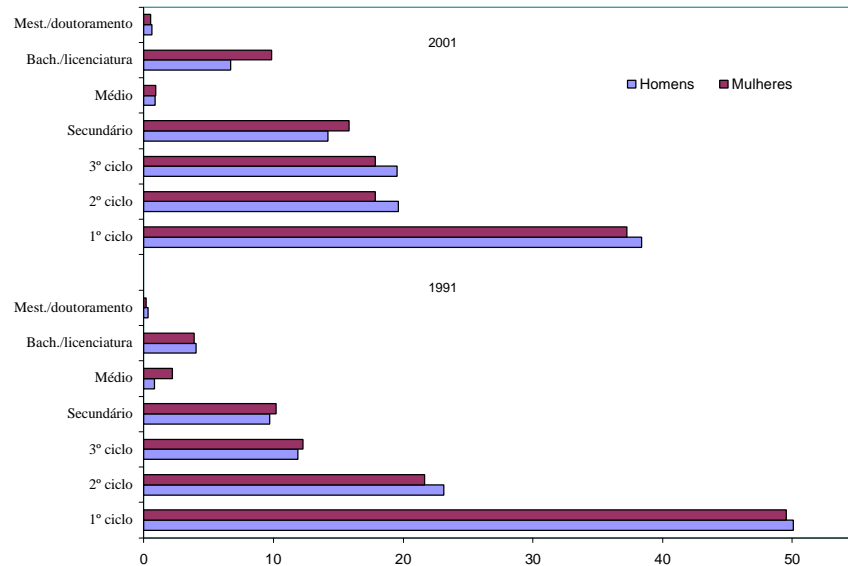
Aumento da importância do ensino superior

Relativamente à população que completou os vários níveis de ensino, verificou-se que em 2001, a maior parte da população portuguesa (37,8%) tinha completado o 1º ciclo do ensino básico, seguindo-se os 2º e 3º ciclos com 18,8% e 18,7%, respectivamente. Em relação aos restantes níveis, destaca-se o ensino secundário com 15,0% e o ensino superior com 8,9% da população que completou o ensino.

Comparativamente a 1991, as proporções de indivíduos que completaram o 1º e o 2º ciclo do ensino básico foram maiores do que em 2001, situando-se em 49,8% e 22,4%, respectivamente. Realça-se ainda a duplicação da proporção da população que completou o ensino superior.

A maior parte dos homens e das mulheres completaram apenas o 1º ciclo do ensino básico. Por outro lado, nos três ciclos do ensino básico, a proporção da população masculina é superior à feminina. Nos restantes níveis de ensino, e com excepção dos Mestrados e Doutoramentos, constata-se uma maior proporção de mulheres.

Figura 3.4 - Distribuição percentual da população que completou o ensino, Portugal, 1991 e 2001



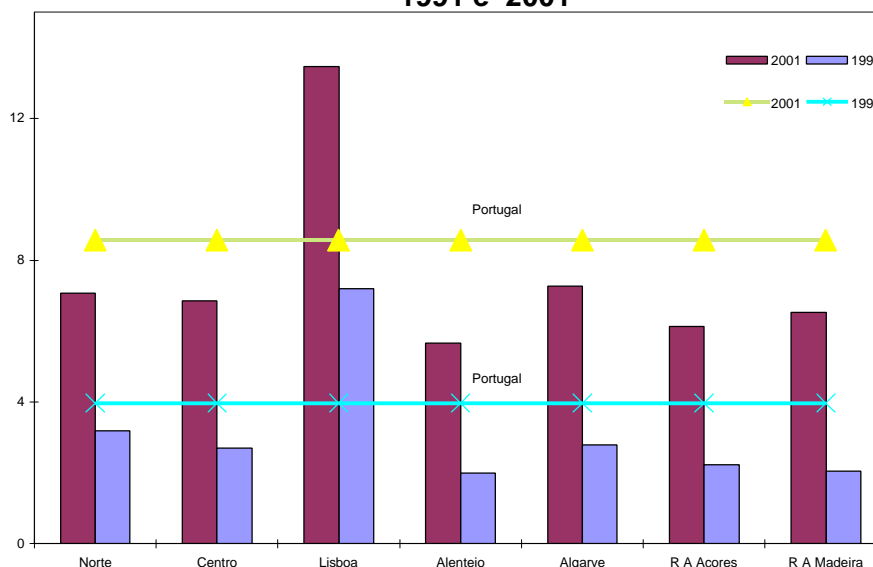
Duplica a proporção da população com ensino superior

Tendo em conta a proporção da população com ensino superior como a relação entre a população com 21 ou mais anos com o ensino superior concluído e a população com 21 ou mais anos, verificou-se, em Portugal, um aumento significativo da importância deste tipo de ensino, entre 1991 e 2001.

Em 2001, 8,6% da população portuguesa com 21 ou mais anos tinha completado o ensino superior, enquanto que em 1991, só 4,0% detinham este nível completo de ensino.

Entre 1991 e 2001 a proporção de indivíduos com este tipo de ensino duplicou em todas as regiões do País. Lisboa concentrou a maior proporção, tanto em 1991 (7,2%), como em 2001 (13,5%) e registou o maior aumento percentual (6,3%). O Algarve ocupa a segunda posição, por ordem de importância, com 7,3%, e em última posição surge o Alentejo (5,7%).

Figura 3.5 - Proporção de população com o ensino superior (em %), Portugal e NUTS II, 1991 e 2001



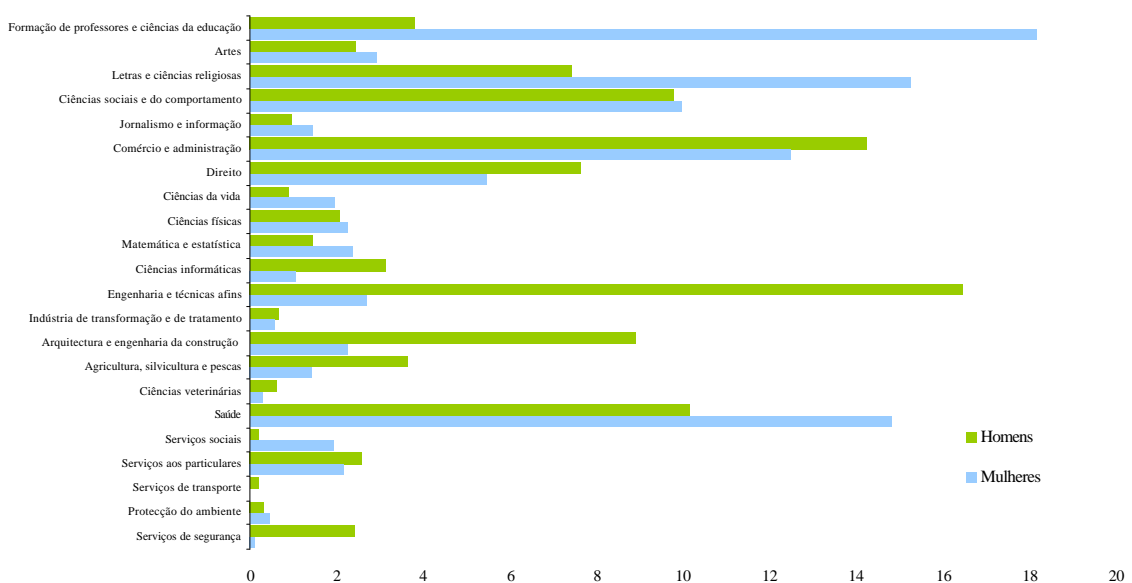
Maior parte das mulheres com ensino superior completou cursos na área da “ Formação de professores e ciências da educação”

Em 2001, a maior parte da população que completou o ensino superior, ou seja 13,2%, fê-lo na área do “Comércio e administração”, seguindo-se 12,8% na “Saúde”. Também foram significativas as proporções de indivíduos que completaram os cursos universitários nas áreas da “Formação de professores e ciências da educação”, com 12,1% e na área das “Letras e ciências religiosas” com 12,0% do total dos indivíduos que completaram este tipo de ensino.

Na população feminina predominam os cursos superiores na área da “Formação de professores e ciências da educação” com 18,2%, “Letras e ciências religiosas” com 15,2%, e “Saúde” com 14,8%.

A relação de masculinidade da população com 21 ou mais anos com o ensino superior completo foi de 72 homens por cada 100 mulheres. De destacar que nos cursos de “Serviços de segurança” esta relação foi de 1473 homens e nos “Serviços sociais” de 7 homens, por cada 100 mulheres.

Figura 3.6 - Distribuição percentual da população com ensino superior completo, por sexo e áreas de estudo, Portugal, 2001



4. Actividade económica

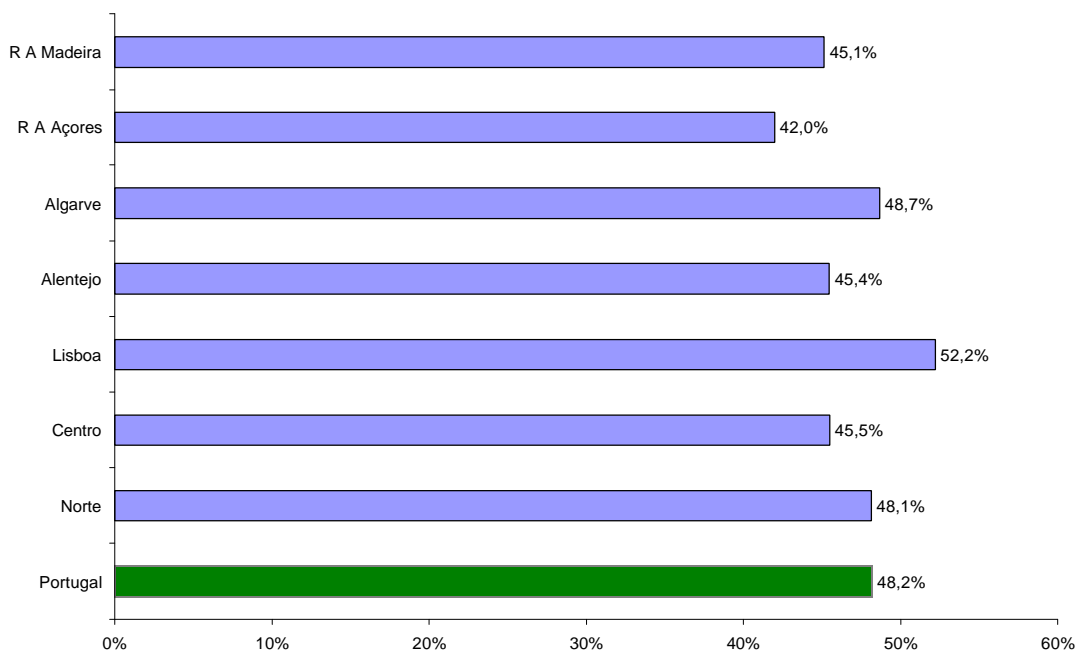
Subida nas taxas de actividade

Em 2001, a taxa de actividade (relação entre população activa com 15 ou mais anos e a população total) registada em Portugal foi de 48,2%, valor este superior em quatro pontos percentuais ao verificado em 1991, embora neste ano a entrada na vida activa se pudesse fazer a partir dos 12 anos. Em 2001, a taxa de actividade masculina foi de 54,8% e a feminina de 42,0%.

Lisboa detém a maior taxa de actividade, 52,2%, seguindo-se o Algarve com 48,7%, e em último lugar

a Região Autónoma dos Açores com 42,0%. Em 1991, Lisboa também foi a região com a taxa mais elevada (47,9%), em oposição à Região Autónoma da Madeira com a taxa mais baixa do País (41,1%).

Figura 4.1 - Taxas de actividade (em %), Portugal e NUTS II, 2001



Taxas de emprego mais elevadas

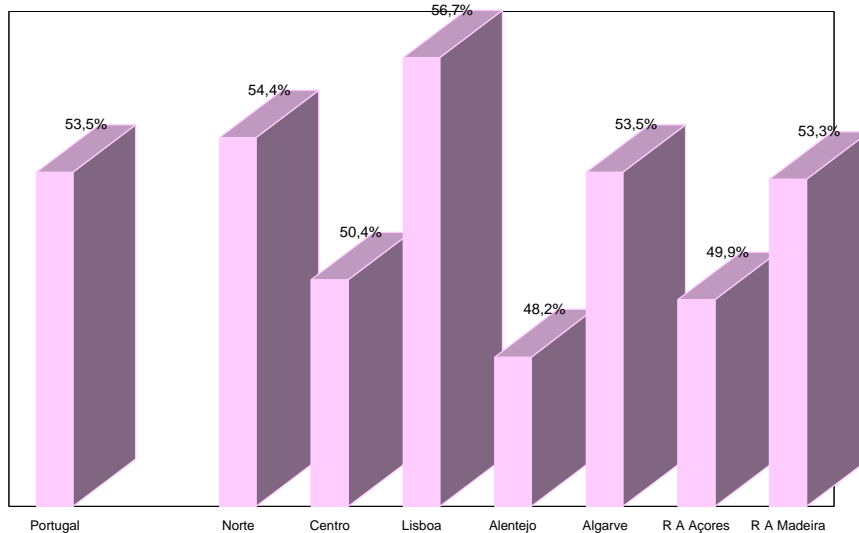
Em 2001, a população portuguesa em idade activa apresentou uma taxa de emprego (relação entre a população empregada e a população com 15 ou mais anos) de 53,5%, valor superior ao registado em 1991 (52,0%). Os homens registaram uma taxa de emprego substancialmente superior à das mulheres: 62,6% para a população masculina e 45,1% para a feminina.

Entre 1991 e 2001 ocorreu um aumento generalizado nas taxas de emprego em Portugal e a nível regional, com excepção do Norte.

Em 2001, Lisboa apresentou a taxa de emprego mais elevada, 56,7%, seguindo-se o Norte (54,4%), ambos com valores acima do nacional. Em 1991, o Norte tinha registado a taxa mais elevada (54,8%) comparativamente ao resto do País.

Tanto em 1991 como em 2001, o Alentejo foi a região com a taxa de emprego mais baixa.

Figura 4.2 - Taxas de emprego (em %), Portugal e NUTS II, 2001



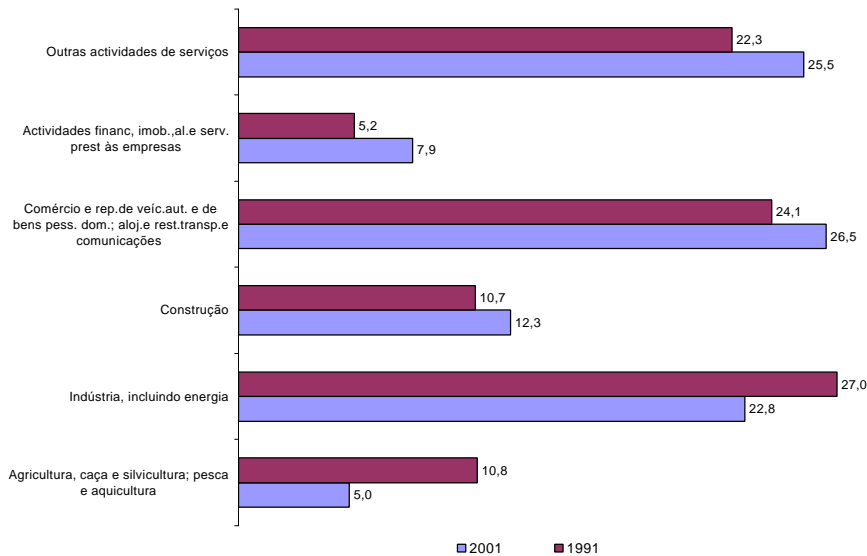
Terciarização crescente - Maioria da população empregada em actividades relacionadas com os serviços

Na distribuição relativa da população por áreas de actividade económica, em 2001, 59,9% dos empregados portugueses trabalhavam no sector dos serviços, enquanto que em 1991 este valor foi mais reduzido (51,6%).

Considerando apenas seis áreas de actividade económica, verificam-se neste ano valores percentuais muito próximos entre a população no “Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações” com 26,5% do total de empregados, nas “Outras actividades de serviços” com 25,5% e na “Indústria, incluindo a energia” com 22,8% dos indivíduos empregados.

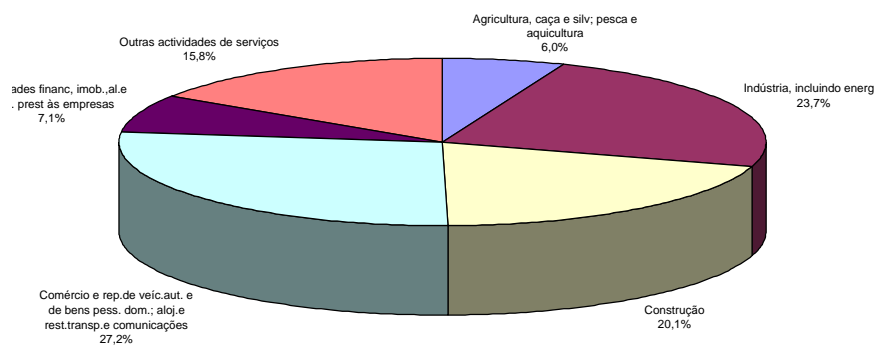
Em 1991 a área da “Indústria, incluindo a energia” era a área com mais empregados (27,0%), de entre as consideradas, enquanto em 2001 a área com mais emprego é “Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações” com 26,5%

Figura 4.3 - Distribuição percentual da população empregada por áreas de actividade económica, Portugal, 1991 e 2001



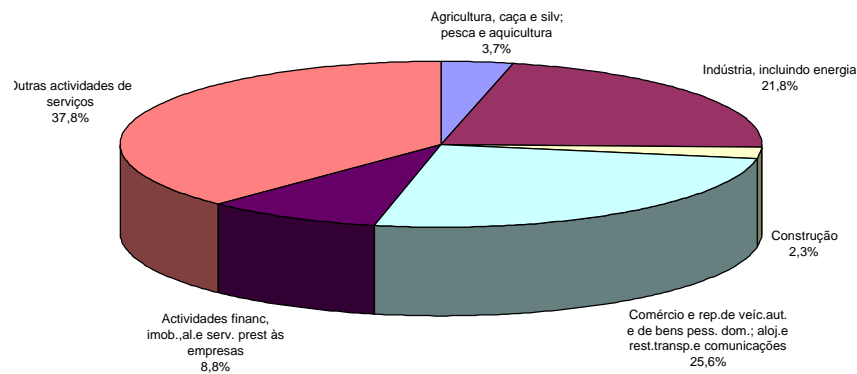
Em 2001, 27,2% dos homens empregados trabalhavam na área do “Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações” seguindo-se de perto a “indústria, incluindo energia” com 23,7% dos homens empregados.

Figura 4.4 - Distribuição percentual dos homens empregados pelas áreas de actividade económica, Portugal, 2001



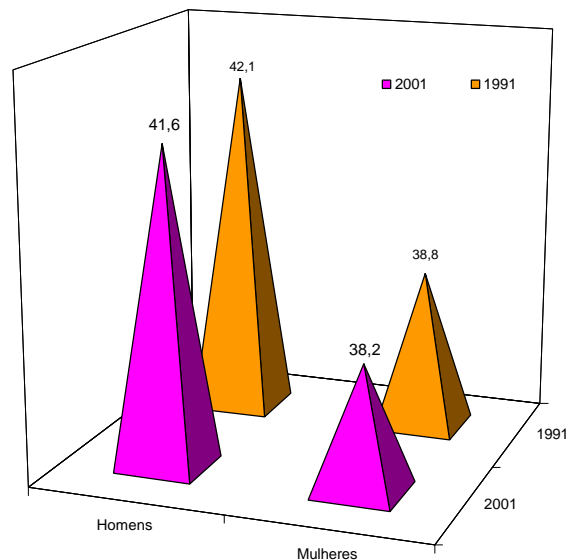
Ainda em 2001, 37,8% da totalidade das mulheres empregadas trabalhavam em “ Outras actividades de serviços”, seguindo-se 25,6% a trabalhar no “Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações” .

Figura 4.5 - Distribuição percentual das mulheres empregadas pelas áreas de actividade económica, Portugal, 2001



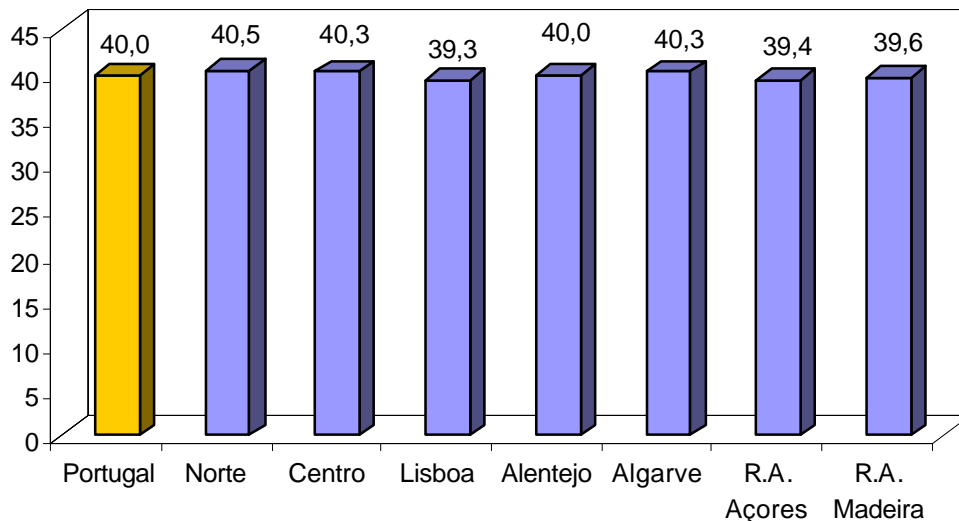
Em 2001, a população portuguesa empregada por conta de outrém, trabalhou em média 40 horas semanais, valor idêntico ao verificado em 1991 (40,7 horas semanais). Em média, os homens trabalharam mais horas do que as mulheres, tanto em 1991 como em 2001.

Figura 4.6 - Duração média do horário semanal de trabalho (em horas), Portugal, 1991 e 2001



A nível regional, em 2001, a duração média do horário de trabalho foi mais elevada no Norte, com 40,5 horas, seguindo-se o Centro e o Algarve, ambos com a média de 40,3 horas de trabalho semanal, valores superiores ao nacional.

Figura 4.7 - Duração média do horário semanal de trabalho (em horas), Portugal e NUTS II, 2001



População empregada aumenta na área da “Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”

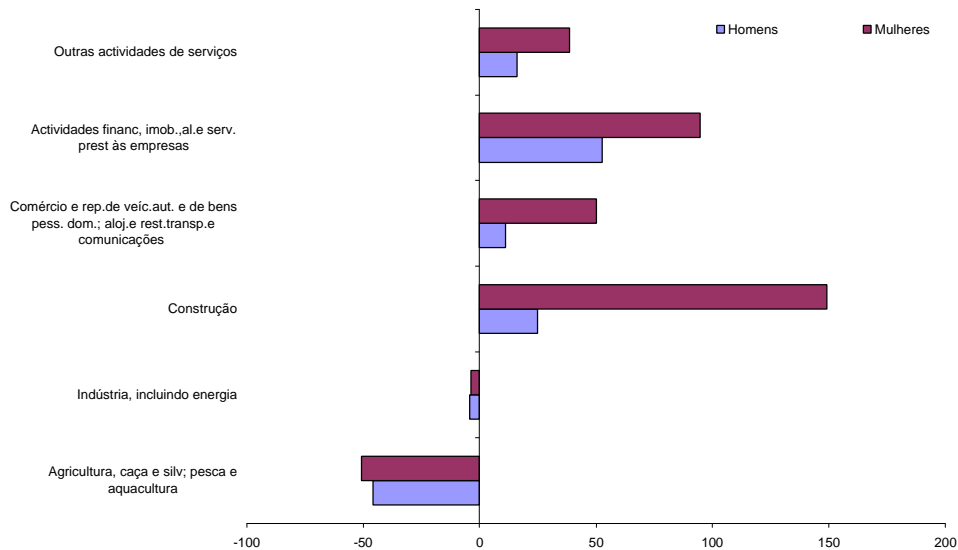
Entre 1991 e 2001, a população total empregada cresceu 13,4%, com maior intensidade nas mulheres (25,0%), do que nos homens (5,6%).

Nas diversas áreas económicas, a maior evolução verificou-se na população empregada nas “Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, com 70,9% de crescimento.

Por outro lado, a população empregada na “Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura” diminuiu 47,5% e 4,1% na “Indústria, incluindo energia”, entre os dois anos censitários.

Destaca-se ainda o aumento do número de homens empregues nas “Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (52,6%) e o aumento de 149,1% nas mulheres na área da “Construção”, apesar do reduzido número de mulheres empregadas nesta área.

Figura 4.8 - Variações percentuais da população empregada, por sexo e áreas de actividade, Portugal, 2001

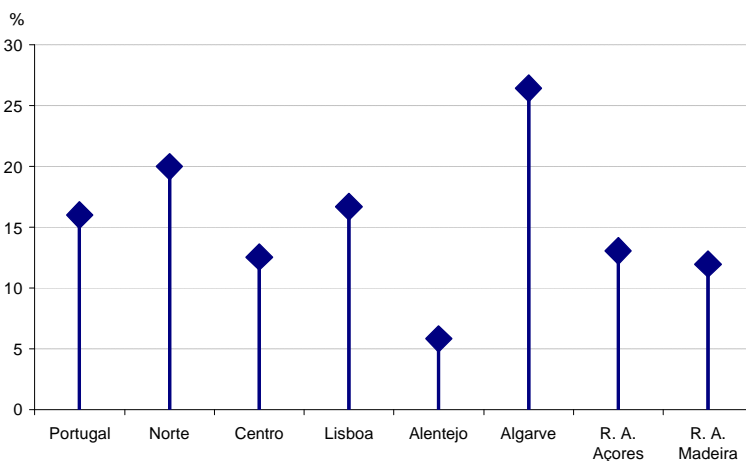


5. Famílias e núcleos familiares

Famílias aumentaram em Portugal (cerca de 16%), principalmente no Algarve (cerca de 26%)

Em 2001 foram recenseadas 3 650 757 famílias clássicas residentes em Portugal, o que traduz uma taxa de variação aproximadamente de 16% comparativamente com os censos de 1991.

Figura 5.1 – Taxa de Variação (%) das Famílias Clássicas Residentes, Portugal e NUTS II, 1991-2001



Embora se tenha registado um aumento do número de famílias clássicas em todas as regiões, destaca-se o Algarve com a taxa mais significativa (26,4%) e o Alentejo com a taxa de menor valor (5,8%).

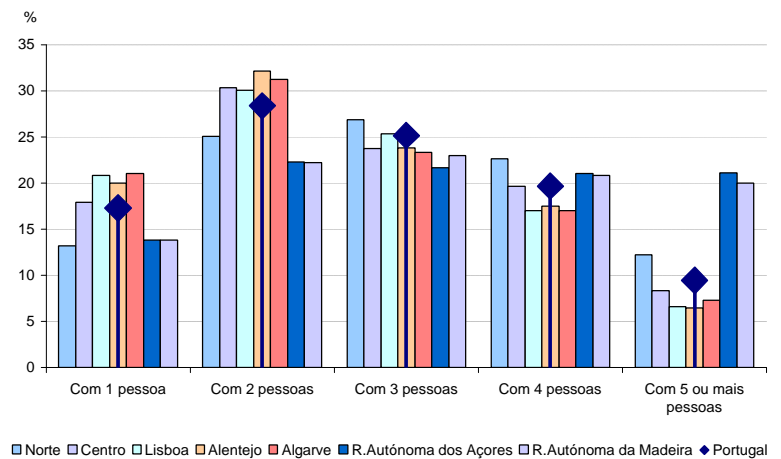
Relativamente à composição das famílias clássicas segundo o número de pessoas, em Portugal, as famílias com 2 pessoas foram as mais representativas em ambos os momentos censitários.

As menos representativas eram, em 1991, as unipessoais (13,8% do total de famílias), e, em 2001 as compostas por 5 ou mais pessoas (9,5% do total das famílias), reflexo da variação negativa (-28,6%) deste tipo de famílias entre 1991 e 2001.

Figura 5.2 – Distribuição Percentual das Famílias Clássicas Segundo a Dimensão, Portugal e NUTS II, 2001

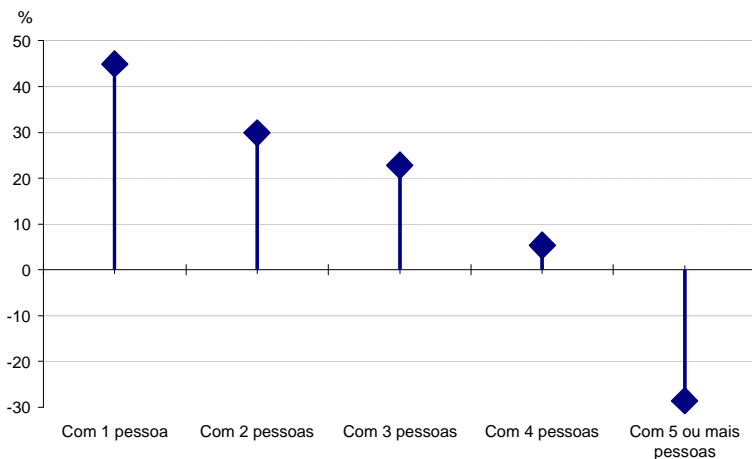
Analisando os dados desagregados ao nível de NUTS II, assinalam-se algumas disparidades regionais.

Se, em 2001, nas regiões do Continente, as famílias menos representativas, tal como em Portugal, eram as famílias com 5 ou mais pessoas, já nas Regiões Autónomas e no Norte eram as famílias unipessoais. Por outro lado, a proporção de famílias com 5 ou mais pessoas é bastante reduzida em praticamente todas as regiões, com excepção das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.



Mais pessoas a viverem sós

Figura 5.3 – Taxa de Variação (%) das Famílias Clássicas Segundo a Composição, Portugal, 1991-2001



Em Portugal, as famílias unipessoais foram as que registaram maior variação entre 1991 e 2001 (44,9%), passando a representar cerca de 17% do total de famílias em 2001 (face aos cerca de 14% em 1991). Este aumento da proporção das famílias unipessoais ocorreu em todas as regiões.

São sobretudo os idosos que vivem sós

Em 2001, cerca de 51% do total de famílias unipessoais eram compostas por um idoso, destacando-se de entre estas as famílias de uma idosa (39,5%).

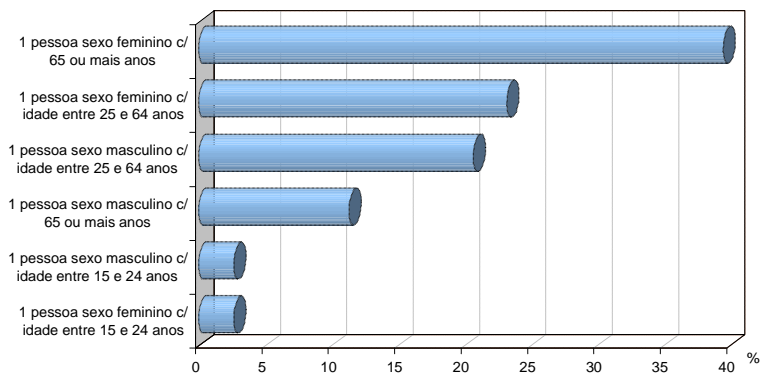
Em Portugal, entre 1991 e 2001, as famílias compostas por um adulto com idades entre os 15 e os 64 anos de idade (e em particular as compostas por um adulto do sexo masculino) foram as que registaram maior aumento entre as famílias unipessoais, levando a que o peso relativo das famílias unipessoais de idosos tenha decrescido (embora se tenha mantido como o de maior proporção).

A proporção de famílias unipessoais compostas por uma pessoa com idades entre os 25 e os 64 anos de idade representava cerca de 44% das famílias unipessoais e a proporção de famílias unipessoais compostas por uma pessoa com idades entre os 15 e os 24 anos de idade era reduzida (5%).

Mais mulheres a viverem sós do que homens

Em termos globais são sobretudo as mulheres que vivem sós, cerca de 65% das famílias unipessoais são de mulheres (independentemente do escalão etário).

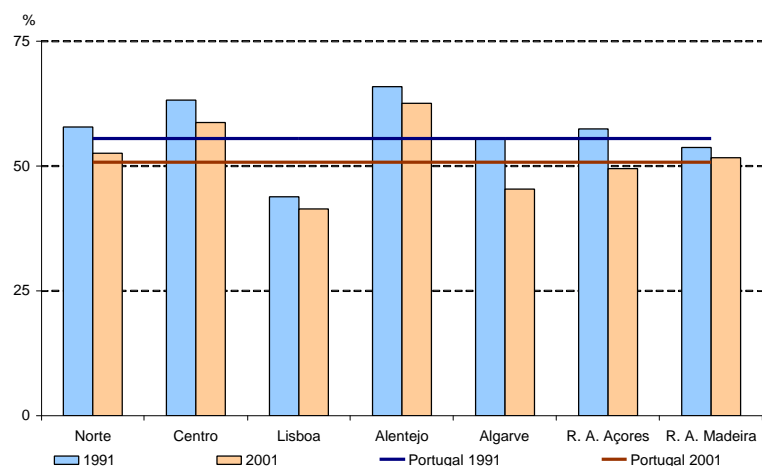
Figura 5.4 – Distribuição Percentual das Famílias Unipessoais Segundo o escalão Etário, Portugal, 2001



É no Alentejo que é mais significativa a proporção de idosos que vivem sós

Se em Portugal a maior proporção de famílias unipessoais era de idosos, em ambos os momentos censitários, a nível de regiões denotam-se diferentes situações. De facto, em 1991 apenas Lisboa registava uma proporção de famílias unipessoais de idosos abaixo dos 50% do total de famílias unipessoais. Em 2001 este fenómeno alarga-se também ao Algarve e à Região Autónoma dos Açores, pertencendo o maior valor proporcional ao Alentejo e o menor a Lisboa.

Figura 5.5 – Proporção das Famílias Unipessoais de Idosos, Portugal e NUTS II, 1991 e 2001



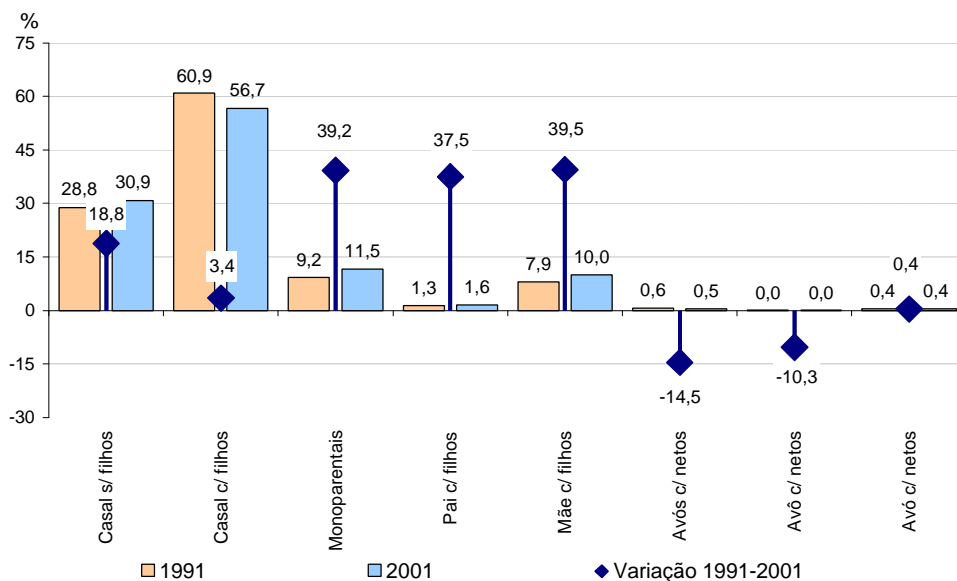
Aumentaram os núcleos familiares monoparentais

Em Portugal, entre 1991 e 2001, registaram-se variações positivas em praticamente todos os tipos de núcleos familiares, com excepção dos núcleos de (ambos os) avós com netos e avô com netos, com variações negativas. Os núcleos monoparentais, particularmente os de mãe com filhos, foram os que mais aumentaram.

As variações dos diferentes tipos de núcleos familiares não exprimem directamente o aumento ou decréscimo do seu valor proporcional nos dois momentos censitários.

De facto, se no caso dos núcleos monoparentais e dos casais sem filhos se verifica simultaneamente um aumento em valores absoluto e relativo, no caso dos casais com filhos, apesar do aumento do valor absoluto, observou-se um decréscimo do seu valor relativo, passando de 60,9% para 56,7%, entre 1991 e 2001.

Figura 5.6 – Distribuição Percentual dos Núcleos Familiares, 1991, 2001 e Variação 1991-2001, Portugal

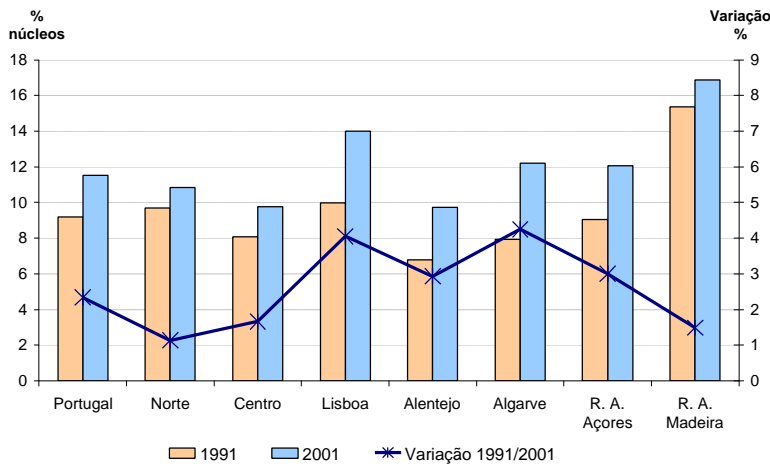


De referir ainda que, em 2001, cerca de 1% dos núcleos familiares referem-se a *famílias avoengas*, em que aproximadamente 0,5% eram do tipo (ambos os) avós com netos, cerca de 0,4% eram de avó com netos e a percentagem de avô com netos era praticamente nula.

Maior proporção de núcleos familiares monoparentais na Madeira

A variação positiva nos núcleos familiares monoparentais verificada em Portugal ocorre também em todas as regiões, sendo mais significativa em Lisboa, Alentejo e Algarve e de menor expressão no Norte, Centro e R. A. Madeira (onde a proporção de núcleos familiares monoparentais é mais elevada).

Figura 5.7 – Proporção de Núcleos Monoparentais no Total de Núcleos, 1991, 2001 e Variação 1991-2001, Portugal e NUTS II



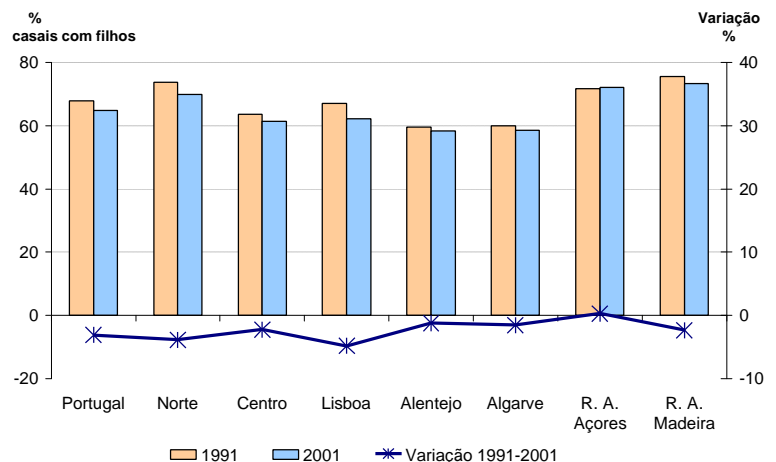
Nas regiões, a proporção de núcleos monoparentais no total de núcleos familiares, oscilava, em 2001, entre os 9,7% no Centro e no Alentejo e os quase 17% na R. A. Madeira.

Núcleos familiares monoparentais são maioritariamente do tipo mãe com filhos

Quer em Portugal, quer a nível de regiões, a maior proporção de núcleos monoparentais em 2001, à semelhança do que já se havia verificado em 1991, concentrou-se no tipo de núcleo de mãe com filhos, oscilando entre 84,5% e os 89,2%.

Figura 5.8 – Proporção de Casais com Filhos no Total de Casais, 1991 e 2001 e Variação 1991-2001, Portugal e NUTS II

Entre 1991 e 2001, a taxa de variação do número de casais com filhos em Portugal é negativa, isto é, diminuíram aproximadamente 3,1%. A nível de regiões, apenas a R. A. dos Açores registou uma variação positiva, ainda que de valor muito reduzido (0,3%).

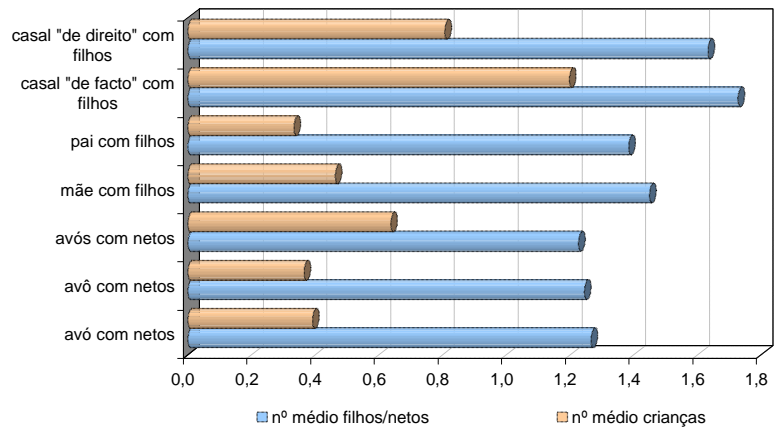


Apesar da variação negativa, a proporção de casais com filhos no total dos casais manteve-se superior a 50% em ambos os momentos censitários, tanto em Portugal como nas regiões. Em 2001 esta proporção oscilava entre os 58,4% no Alentejo e os 73,2% na Região Autónoma da Madeira.

O número médio de filhos ou netos nos núcleos familiares, recenseados em Portugal em 2001, rondava os 1,6 filhos ou netos, enquanto que o número médio de crianças (menos de 15 anos de idade) rondava os 0,5 filhos ou netos.

Figura 5.9 – Número médio de Filhos ou Netos e Crianças nos Núcleos Familiares, Portugal e NUTS II, 2001

O maior número médio de filhos ou netos registou-se nos casais, independentemente da situação legal, sendo superior nos casais “de facto” (onde o número médio de filhos rondou os 1,7 e o número médio de crianças os 1,2) do que nos casais “de direito” (onde os valores médios se aproximam dos 1,6 filhos e 0,8 crianças). Nos núcleos familiares monoparentais o número médio de filhos era aproximadamente de 1,4 filhos, tanto nos do tipo pai com filhos como nos do tipo mãe com filhos, sendo o número médio de crianças superior nos núcleos de mãe com filhos (0,5 crianças em média).



IV RECENSEAMENTO GERAL DA HABITAÇÃO

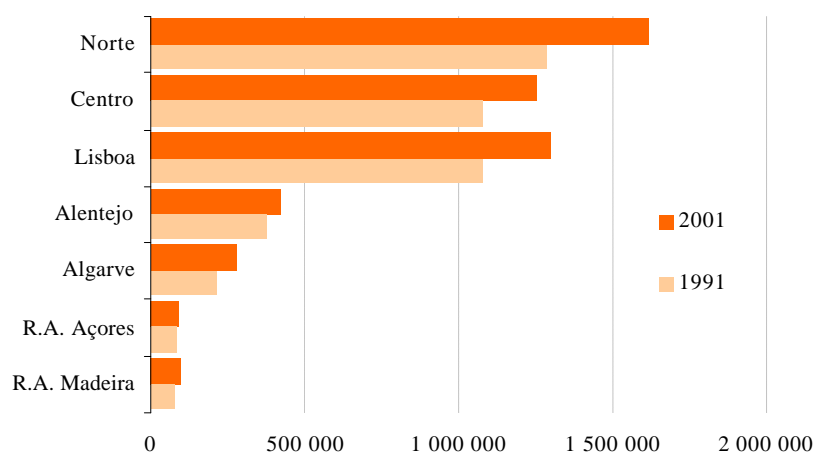
Habitação

Forte expansão do parque habitacional

O parque habitacional registou uma forte expansão na última década (+20,5% nos alojamentos e 10,4% nos edifícios), também visível no elevado peso dos edifícios construídos após 1991 – cerca de 1/5.

Esta forte expansão foi generalizada a todas as NUTS II, surgindo o Algarve e o Norte com taxas de crescimento de alojamentos superiores à média nacional, 30,7% e 25,3%, respectivamente.

Figura 6.1 – Número de Alojamentos, 1991 e 2001



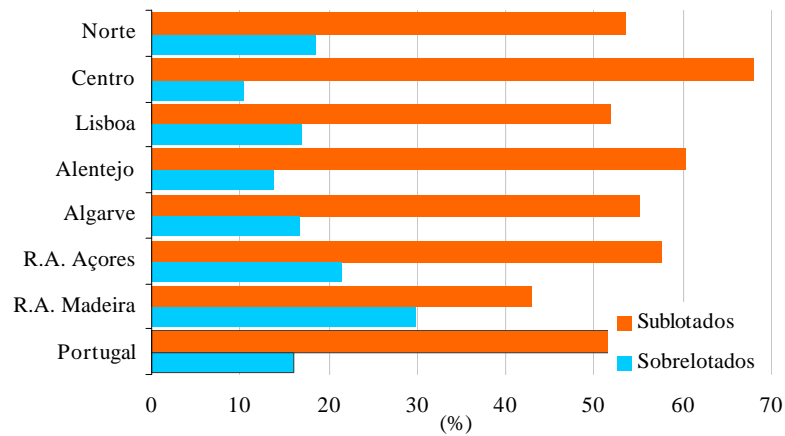
Edifícios de maiores dimensões

Entre 1991 e 2001, a dimensão média dos edifícios aumentou em todas as regiões, quer em termos do número de pavimentos, quer em termos do número de alojamentos, tendo passado os valores nacionais, de 1,62 para 1,85 e de 1,45 para 1,59, respectivamente. Paralelamente, a nível nacional o número médio de divisões por alojamento manteve-se estável entre os dois recenseamentos (3,3 divisões por alojamento).

Alojamentos maioritariamente sublotados

A nível nacional, 57% dos alojamentos estão sublotados, enquanto no extremo oposto 16% estão sobrelotados. À excepção da Madeira, os alojamentos sublotados representam sempre mais de metade do parque habitacional, atingindo o valor máximo na região Centro (68%). Em oposição, os alojamentos sobrelotados atingem a maior proporção na região da Madeira (30%).

Figura 6.2 – Proporções de alojamentos sublotados e sobrelotados, 2001

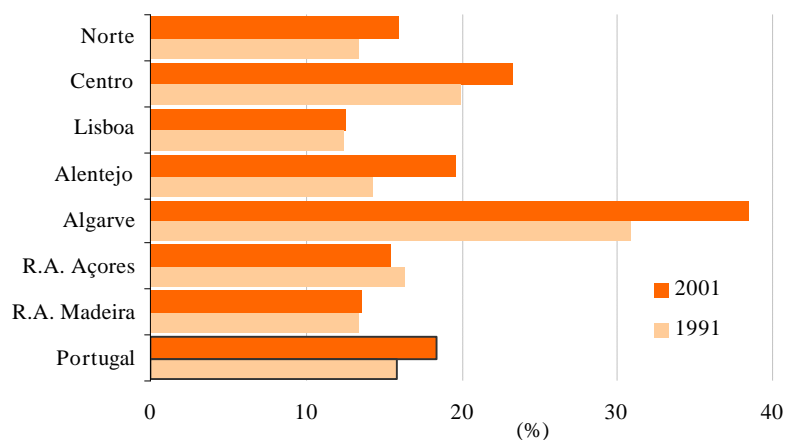


Maior importância de alojamentos sazonais e, em menor escala, de vagos

A forte expansão do parque habitacional deveu-se essencialmente ao crescimento dos alojamentos de uso sazonal, que cresceram a um ritmo muito superior ao total de alojamentos (40,2% contra 20,5%), e em menor escala, dos alojamentos vagos, que cresceram 3 pontos percentuais acima do mesmo total (23,5% contra 20,5%). Em 2001, os alojamentos de uso sazonal representam 18% (contra 16% em 1991) do parque habitacional, com maior ênfase na região do Algarve (38%). No entanto, em termos evolutivos, é ainda de destacar, para além do Algarve, a região do Alentejo, onde a proporção de alojamentos sazonais passou de 14% para 20%, na última década.

O peso dos alojamentos vagos revela algum equilíbrio a nível regional, encontrando-se todas as regiões próximas do valor nacional (11%).

Figura 6.3 – Proporções de alojamentos de uso sazonal, 1991 e 2001

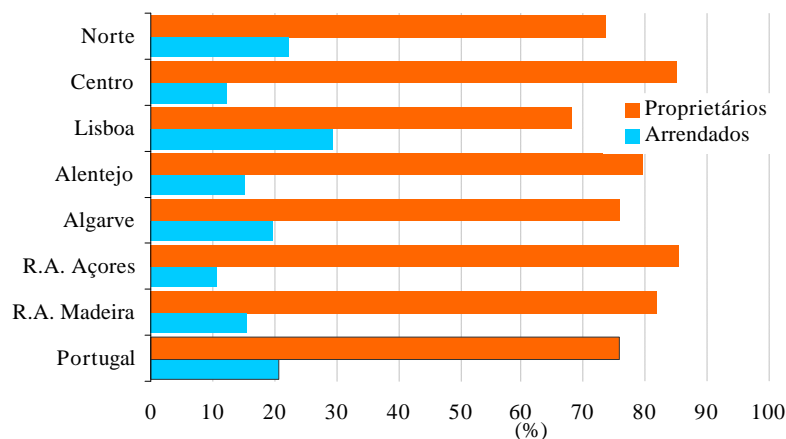


Generalização do acesso à casa própria

Na década de 90 generalizou-se, em todo o território português, o acesso à casa própria, tendo como consequência que em 2001, 75% dos alojamentos sejam ocupados pelo proprietário, quando em 1991 esta proporção era de 65%.

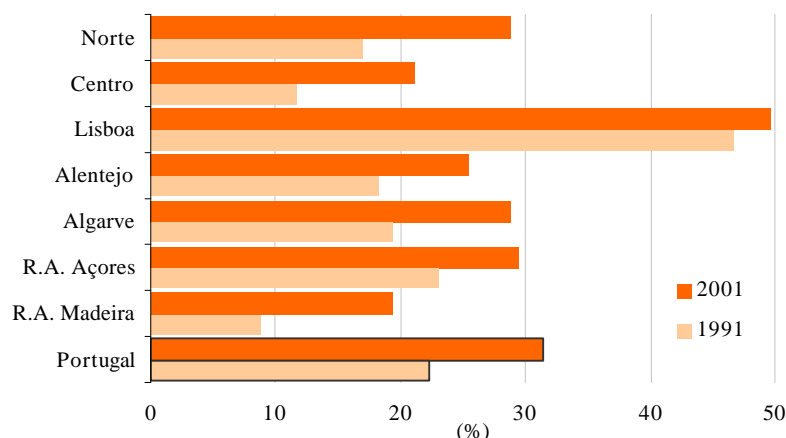
Em oposição, o peso dos alojamentos arrendados diminuiu de 28% para 21%. Lisboa surge como a região onde o arrendamento detém um maior peso (29%). Neste tipo de regime de ocupação continuam a predominar os contratos renováveis sem prazo, representando mais de 2/3 do total.

Figura 6.4 – Proporções de alojamentos ocupados pelo proprietário e de arrendados, 2001



A maior facilidade no acesso ao crédito, seja pela simplificação dos processos de concessão de crédito, seja pela descida das taxas de juro, constitui factor crucial para a generalização do acesso à habitação própria. Assim, em 2001, 31% dos alojamentos ocupados pelo proprietário geram encargos inerentes à sua aquisição, quando em 1991 esta proporção era de 22%. Regionalmente, esta realidade revela-se consideravelmente heterogénea, sendo o valor mais elevado atingido na região de Lisboa, onde metade dos alojamentos ocupados pelo proprietário têm encargos.

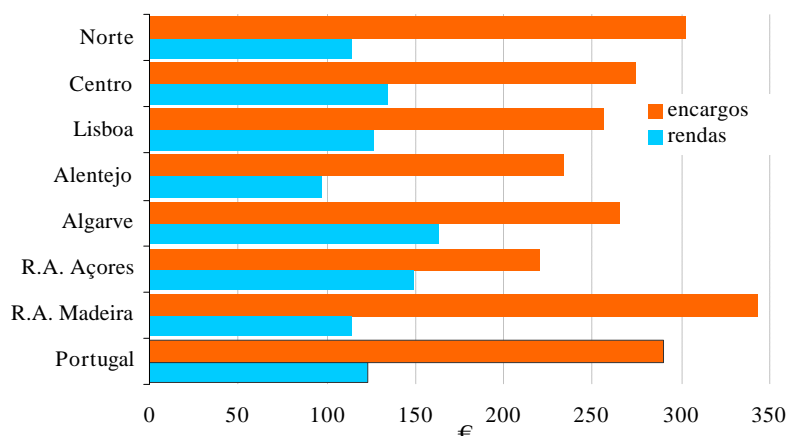
Figura 6.5 – Proporções de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos, 2001



Média de encargos mensais é o dobro da média de rendas

Em 2001, a nível nacional, o valor do encargo resultante da compra de habitação ronda, em média, os €300, enquanto a renda média é cerca de €125. Regionalmente esta disparidade é mais acentuada nas regiões da Madeira (a região com maior valor médio de encargos) e Norte.

Figura 6.6 – Despesas médias com a habitação, 2001



Quase metade (48%) dos alojamentos arrendados e subarrendados pagam menos de €59,86 de renda, enquanto 90% dos alojamentos propriedade de ocupantes têm encargos superiores a este limiar. No caso dos alojamentos propriedade de ocupantes, mais de 50% tem encargos superiores a €249,40.

Figura 6.7 – Alojamentos arrendados e subarrendados por escalões de rendas, Portugal, 2001

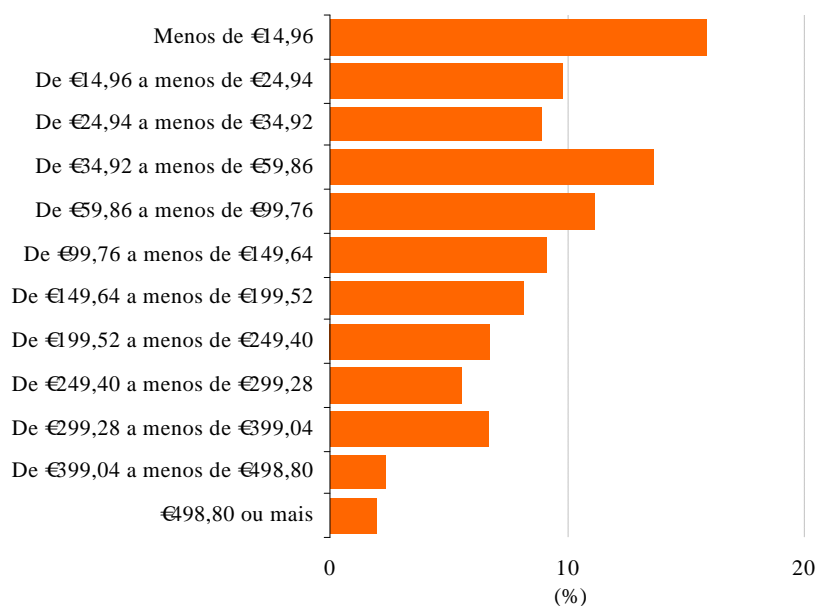
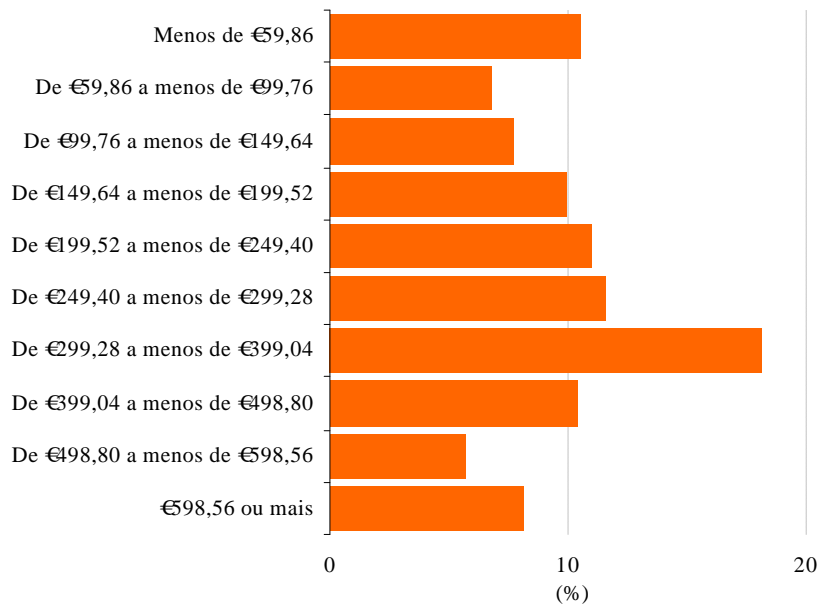


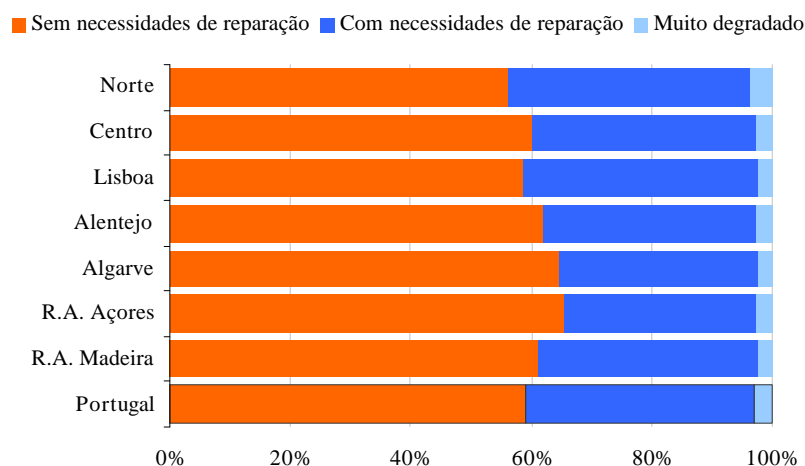
Figura 6.8 – Alojamentos propriedade de ocupantes por escalões de encargos, Portugal, 2001



Diminuta diferenciação regional no estado de conservação dos edifícios ao nível de NUTS II

Mais de metade dos edifícios recenseados não necessita de reparações e apenas 3% se apresentam muito degradados. Do universo dos 38% com necessidades de reparação, a maioria (59%) respeita a pequenas reparações e em 14% são necessárias grandes reparações. O estado de conservação apresenta-se relativamente homogéneo a nível de NUTS II.

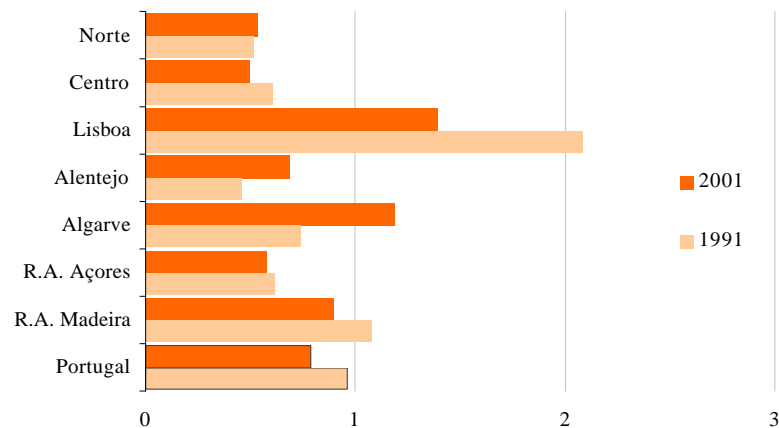
Figura 6.9 – Proporções de edifícios segundo o estado de conservação, 2001



Diminuição da população que reside em alojamentos não clássicos

Em 2001, menos de 1% da população reside em alojamentos não clássicos, proporção ligeiramente inferior a 1991 (0,79% contra 0,96%). No entanto esta proporção aumentou nas regiões do Alentejo e Algarve e, em menor escala, na região Norte.

Figura 6.10 – Proporção de população residente em alojamentos familiares não clássicos, 2001

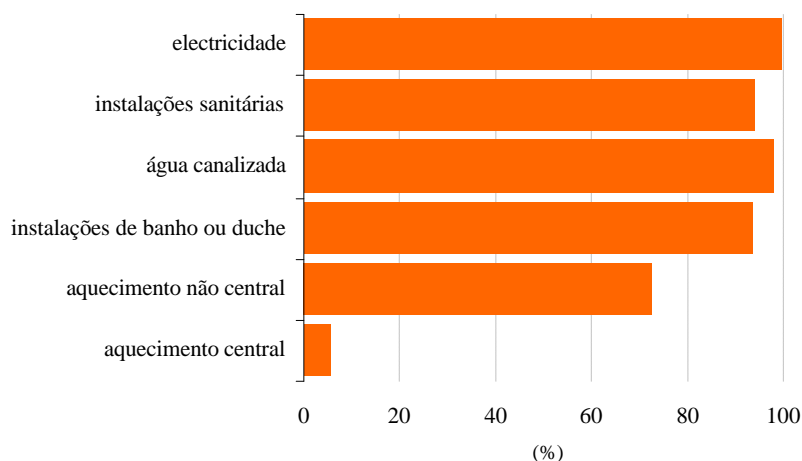


Cobertura total das infra-estruturas básicas

Portugal regista uma cobertura quase total ao nível da rede de electricidade, das instalações sanitárias, da rede de água canalizada e das instalações de banho ou duche, sendo esta uma realidade extensível a todas as regiões.

Com uma menor cobertura encontra-se o aquecimento, principalmente o aquecimento central que abrange apenas 5% dos alojamentos recenseados em 2001. O aquecimento central apresenta-se mais relevante nas regiões Norte (8%) e Centro (7%).

Figura 6.11 – Proporção de alojamentos com infra-estruturas básicas, 2001



A quase totalidade (91%) dos edifícios recenseados em 2001 são servidos por sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos. Apenas nas regiões do Algarve (84%), Alentejo (89%) e Norte (89%) estas percentagens não são superiores a 90%.

Por último, refira-se que cerca de 2/3 dos edifícios se revelam acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, quer por terem rampas de acesso (7%), quer por serem “naturalmente” acessíveis (60%) como, por exemplo, a maioria dos R/C. Nas regiões do Alentejo e Algarve, a proporção de edifícios acessíveis atinge os 75%.